

OPERAÇÃO DISCLOSURE A NOVA
INVESTIDA DA PF SUSCITA UMA PERGUNTA:
ATÉ QUE PONTO OS CONTROLADORES
SABIAM DAS FRAUDES NA AMERICANAS?

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL,
A CRIMINALIZAÇÃO DA MISOGINIA
ENFRENTA RESISTÊNCIAS. NA ARGENTINA,
MILEI ATACA O DIREITO DAS MULHERES

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1420
R\$ 31,90
8 DE JULHO DE 2026



basset
editora



A COPA DAS BETS

**ONIPRESENTES E SEM CONTROLE, AS CASAS
DE APOSTAS SEQUESTRAM A PAIXÃO NACIONAL**



A força vem de dentro da Caixa. Os resultados aparecem Brasil afora!

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) apresentam a **edição 2026 do Caderno dos Estados**, com dados detalhados sobre a atuação da **Caixa Econômica Federal** em todas as regiões do Brasil em 2025, com base nas informações do Banco Central.

Em números, o banco responde por **22,1% das agências bancárias do país**, somando um total de **3.120 unidades** distribuídas por todas as regiões.

Dos **R\$ 6,1 trilhões** em operações de crédito ativos no Brasil, **23% pertencem à Caixa**. O banco **movimentou R\$ 1,4 trilhão** em diversos setores, contribuindo tanto para o desenvolvimento social quanto econômico dos brasileiros.

De acordo com o Banco Central, em 2025, **69,5% dos financiamentos imobiliários no Brasil foram realizados pela instituição**. Além disso, com investimentos de **R\$ 66 bilhões**, o banco foi responsável pela contratação de outras **386.971 unidades habitacionais** no programa do governo federal **Minha Casa, Minha Vida**.

No programa **Bolsa Família**, o país registrou, em média, **19,7 milhões de famílias beneficiárias**, com valor médio de **R\$ 672,82 por mês**. Ao todo, foram pagos **R\$ 159,5 bilhões**.

Nos últimos 10 anos, o **FGTS** executou **R\$ 1,1 trilhão em obras de saneamento, habitação e infraestrutura** em todo o país.

Esse é apenas um pequeno recorte do trabalho sério que as mais de **84 mil empregadas e empregados da Caixa** realizam diariamente para transformar a realidade de milhões de pessoas.

A Caixa reafirma seu papel como agente fundamental na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento do país.



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



@contraf_cut



www.contrafcut.com.br

Acesse o
QR CODE e
confira a
publicação!





A rede varejista dispensou quase metade dos seus funcionários. Pág. 32

6 BRASILEIRA
8 A SEMANA

Seu País

16 ELEIÇÃO Governo lança pacote de bondades para turbinar a popularidade

20 PEDRO SERRANO

21 MARIA INÊS NASSIF

22 MINAS GERAIS A petista Marília Campos reluta em disputar o governo

24 CONGRESSO O projeto de criminalização da misoginia avança

26 RENATO MEIRELLES

27 MARJORIE MARONA

28 RECIFE Projeto municipal induz a gentrificação de área histórica da cidade

Capa: Pilar Velloso e iStockphoto

30 ENTREVISTA O Brasil não pode voltar a flertar com o negacionismo, alerta Nísia Trindade

Economia

32 AMERICANAS A PF tenta descobrir até que ponto os controladores sabiam das fraudes bilionárias

35 LUIZ GONZAGA BELLUZZO

36 IDEIAS Se queremos ter uma nação desenvolvida, é urgente repensar a estratégia nacional

38 ADALBERTO VIVIANI

39 PAULO GALA

40 AUTOMÓVEIS Governo prorroga o benefício fiscal a fabricantes chinesas

Nosso Mundo

42 ARGENTINA Milei tenta silenciar as vítimas da violência de gênero

44 EUROPA Em mais um verão de temperaturas extremas, o número de mortes passa de mil

46 EUA Republicanos impõem o ensino religioso nas escolas

10 A TAÇA É DAS BETS SEM CONTROLE OU BARREIRAS, AS CASAS DE APOSTAS SE INFILTRAM EM TODOS OS CANTOS DA COPA DO MUNDO E FATURAM COMO NUNCA



Plural

48 AS ESCOLHAS DELAS

NO MERCADO EDITORIAL, CADA VEZ MAIS MULHERES ASSUMEM CATÁLOGOS QUE APOSTAM EM TÍTULOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

52 MÚSICA Zélia Duncan reage às canções compostas por IA 54 RESENHA Em livro, Jairo Nicolau analisa as transformações do eleitorado brasileiro 56 LIVROS Crônica de uma casa insubmissa 57 SAÚDE Por Arthur Chioro 58 CHARGE Por Venes Caitano

basset

editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar,
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Melo

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Mídia - Iêndra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958,

iendrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetta,

(71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2887, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinado por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.315, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CARTAS CAPITAIS



CAÇADA SEM-FIM

A Lava Jato serviu aos interesses norte-americanos desde o início. Além do desmonte orquestrado de setores vitais da economia nacional, como petróleo e gás, construção civil, engenharia pesada e indústria naval, a turma interferiu até no projeto dos submarinos e no programa nuclear brasileiro.

Adelmar Campolina de Lira

A perseguição ao almirante Othon Pinheiro é um dos maiores crimes cometidos pela Lava Jato.

Gina Imperial

TIRO PELA CULATRA

A direita está fora de si. Parece ter esquecido que o Brasil é um país soberano. Jamais seremos quintal de ninguém. As diferenças políticas devem ser resolvidas entre os próprios brasileiros.

Ednaldo Aparecido da Silva

Cadê os movimentos sociais, sindicatos, partidos de esquerda, estudantes universitários e lideranças das igrejas, que não convocam o povo para ir às ruas protestar contra a família Bolsonaro, que vem prejudicando o País e entregando nossas riquezas e nossa soberania aos Estados Unidos?

Saete Fonseca

Essa carta de Marco Rubio é uma cilada. Foi divulgada justamente para que Flávio Bolsonaro seja indiciado por traição. Se o STF cair nessa armadilha e transformá-lo em réu ou afastá-lo

das eleições, será como entregar pólvora para Trump colocar fogo no Brasil. Vão dizer que ele é perseguido, que a disputa está direcionada. Flávio será derrotado nas urnas. Não custa esperar.

Dom Ribeiro

José Dirceu é um grande companheiro de lutas, um verdadeiro guerreiro em favor do povo brasileiro. Desejo uma boa recuperação a ele.

William Mendes

José Dirceu é um intelectual essencial: didático, militante e rigoroso.

Ana Otoni

O FIM DA ONDA ROSA

O medo é sempre um mau conselheiro. O lobo e a raposa sabem bem disso.

Cesar Hunsendenger

A Colômbia vai sofrer muito. Voltará, certamente, a ser uma colônia norte-americana.

Licurgo Spinola

Em breve, os colombianos vão descobrir que eram felizes com Gustavo Petro e não sabiam.

Julio Guterres

O RETORNO DO EL NIÑO

A humanidade tem inteligência e tecnologia para evitar o colapso ambiental, mas também tem a ganância para acelerar em direção ao precipício. Qual força será determinante?

Carlos Suffredini

PODER DE DISSUAÇÃO

Lula já deveria ter proposto uma aliança militar dos BRICS há tempos.

José Guedes

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Criminalizar a misoginia é urgente e não deveria ser um tema controverso. Essa proposta precisa ser aprovada no Congresso com urgência.

Esther Moraes

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

O anti-Moro

Tony Garcia promete infernizar a vida do ex-juiz na campanha paranaense

CURITIBA, 2005. Quem segue apressado pela calçada dificilmente desconfiaria que, dentro daquele Volkswagen Gol prata estacionado em frente ao Shopping Mueller – uma vaga disputadíssima –, havia um agente secreto à espera de instruções superiores. O chefe da operação, conhecido pelo codinome “Capa Preta”, mandara alugar o veículo em dinheiro vivo, para não deixar rastros. Pouco depois, outro araponga, supostamente a serviço da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), abre a porta, acomoda-se no banco do passageiro e entrega um pacote recheado de arquivos confidenciais, incluindo áudios gravados clandestinamente em um hotel ali pelas redondezas.

Nada de perseguições em alta velocidade ou operações mirabolantes para desarmar bombas nucleares. A missão daquele dia era bem mais modesta: identificar os donos das vozes grampeadas no “aparelho”. É assim que Tony Garcia descreve uma tarde típica em seu antigo ofício. Preso preventivamente em 2004, acusado de fraudes na gestão do extinto Consórcio Nacional Garibaldi, liquidado pelo Banco Central dez anos antes, o empresário afirma ter sido recrutado para atuar como informante da “República de Curitiba” em troca da liberdade.

Para se livrar do “calabouço”, como define a cela que ocupava numa unidade da Polícia Federal, Garcia assinou um acordo de colaboração premiada homologado pelo então juiz Sergio Moro. No

"Meu único objetivo é escrutiná-lo", diz o pré-candidato ao governo do Paraná pelo nanico Democracia Cristã

entanto, em vez de arrancar detalhes sobre o rombo financeiro ou exigir a delação de comparsas, o magistrado parecia interessado em algo mais ambicioso: investigar um suposto esquema de venda de sentenças judiciais. Para isso, teria encarregado o “colaborador” de coletar provas contra advogados, juizes, desembargadores e até ministros do Superior Tribunal de Justiça.

A história não é exatamente inédita. Garcia contou partes dela em diversas entrevistas à imprensa. Muitos detalhes da trama, porém, seguem nebulosos, não por vontade do protagonista deste *thriller* curitibano. Em 2023, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a PF investigasse as acusações do empresário, mas manteve o caso sob sigilo. A novidade é

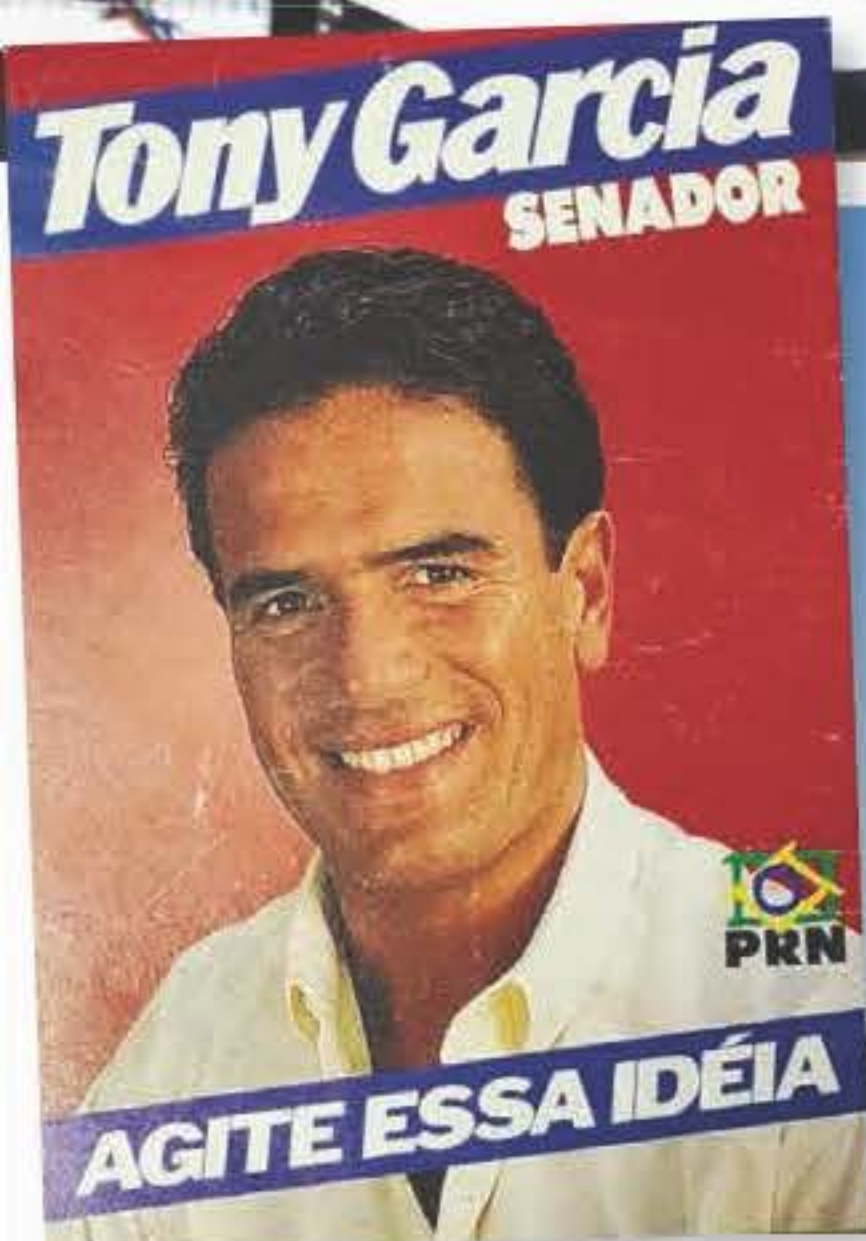


que o antigo agente secreto decidiu infiltrar-se nas eleições do Paraná para compartilhar algumas pistas com o eleitorado. “O povo paranaense precisa saber do que Moro é capaz. Ele é um *serial killer* de empregos, um assassino de reputações. Destruiu a indústria civil nacional para abrir espaço para empresas norte-americanas”, dispara Garcia.

Recém-acolhido no PL de Jair Bolsonaro, Moro lidera a corrida pelo governo do Paraná. Segundo pesquisa Quaest divulgada no fim de abril, tem 35% das intenções de voto no primeiro turno. Garcia, filiado ao nanico Democracia Cristã, resolveu entrar na disputa e aparece na mesma sondagem com 1%. Não parece exatamente preocupado em tirar a diferença. Sua campanha tem outro propósito: “Meu único objetivo é escrutiná-lo”.

O empresário diz que será “bem mais do que uma pedra no sapato” e garante guardar revelações “bombásticas” para o horário eleitoral. Pedimos uma pequena amostra, mas o infiltrado demonstra continuar razoavelmente treinado na arte de despistar. “Diferente dessa turma da Lava

O delator afirma que o hoje senador o forçou a espionar e grampear autoridades clandestinamente. "Guardo provas de tudo", avisa



Jato, eu respeito a Justiça. Por isso ainda não revelei nada. Assim que cair o sigilo, vou poder falar. E guardo provas de tudo.”

Garcia, por sinal, não é propriamente um neófito da política. Em 1990, disputou uma vaga ao Senado pelo PRN, legenda que levou Fernando Collor de Mello ao Palácio do Planalto. Naquele tempo, apresentou-se como uma espécie de “caçador de marajás” e terminou a disputa

em segundo lugar, com 25,81% dos votos. Quatro anos depois, voltou a bater na trave. Em 1998, recalculou a rota: candidatou-se à Assembleia Legislativa pelo PPB de Paulo Maluf e conseguiu eleger-se deputado estadual. Ao presidir a CPI da Telefonia, ganhou visibilidade suficiente para reacender antigas ambições senatoriais. O eleitorado parecia, porém, menos impressionado. Garcia terminou a dispu-

Missão. Garcia iniciou a trajetória política como candidato ao Senado pelo partido de Fernando Collor. Agora, promete retirar a capa de herói do “Super-Moro”

ta na quinta colocação, com 7,21% dos votos. Foi quando decidiu deixar a vida pública de lado e retornar aos negócios.

A CPI da Telefonia foi criada para apurar práticas abusivas das operadoras, mas logo enveredou pela investigação de escutas ilegais no governo paranaense. Garcia afirma ter convidado o Ministério Público Federal para acompanhar os trabalhos da comissão. Foi quando teve contato, pela primeira vez, com o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, que mais tarde integraria a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. O ex-deputado acredita que foi ele quem soprou seu nome no ouvido de Moro.

“Esse procurador acompanhou meu trabalho na CPI, ficou interessado no meu *networking* e achou que eu serviria para o que o Moro precisava”, afirma. Garcia faz questão de frisar que “Capa Preta” jamais agiu movido por propósitos republicanos. “Ele usava as informações para chantagear seus alvos. Tudo isso eu vou contar com detalhes.”

Moro ainda não se manifestou sobre a candidatura do desafeto. Quando Toffoli instaurou um inquérito para apurar as denúncias de grampos clandestinos contra autoridades, o senador afirmou na rede social X que não temia qualquer investigação baseada “nas fantasias confusas de um criminoso condenado”.

Garcia, por sua vez, diz esperar que o ex-juiz não fuja dos debates nem tente impugnar sua candidatura. Se isso acontecer, acrescenta o infiltrado, haverá um “acerto de contas histórico” nestas eleições. “Eu sei o que eles fizeram em outros verões.” •
- por Mariana Serafini

A Semana

A Rouanet dos bolsonaristas

O diretório nacional do PL destinou 600 mil reais do fundo partidário à ONG Passos da Liberdade, presidida pelo pré-candidato a deputado estadual Rodrigo Cassol Lima. Segundo a *Folha de S.Paulo*, a entidade recebeu repasses mensais de 150 mil reais, de janeiro a abril, para prestar “assessoria de comunicação” ao partido em Minas Gerais. Um dos principais projetos da organização, no entanto, é a produção do documentário *Nós com recursos de emendas parlamentares*, a modalidade de financiamento favorita dos críticos da Lei Rouanet. Antes intitulado *Genocidas*, o filme se propõe a denunciar regimes autoritários comunistas e recebeu 860 mil reais dos deputados Eduardo Bolsonaro, Mario Frias e Marcos Pollon, todos do PL.

Soberania/ Proposta indecorosa

O PT protocola ações contra Flávio Bolsonaro após carta de Marco Rubio



Os EUA agradeceram o convite para participar da “equipe de transição” se Zero Um for eleito

O PT protocolou, na terça-feira 30, duas ações judiciais contra Flávio Bolsonaro e o PL, legenda pela qual o senador pretende disputar a Presidência da República. Nas representações encaminhadas à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério Público Eleitoral, o partido do presidente Lula sustenta que a troca de correspondências entre o parlamentar e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, viola a soberania brasileira.

Após a péssima repercussão das tarifas impostas pelos EUA aos produtos brasileiros, um dos desdobramentos da recente visita de Flávio ao presidente Donald Trump, o senador apressou-se em enviar uma carta a Rubio, na qual pede o relaxamento da sanção. Em resposta, divulgada pelo jornal *O Globo*, o secretário de Estado rejeitou a solicitação, sob a alegação de que o Brasil adota práticas comerciais desleais. Rubio agradeceu, po-

rém, uma espantosa proposta feita pelo pré-candidato do PL: “Observamos seu otimismo em relação às próximas eleições de outubro e sua oferta generosa de colocar uma equipe de transição à nossa disposição, caso o senhor seja eleito”.

O PT pediu à PGR a instauração de um inquérito policial contra o parlamentar. Ao oferecer a Washington acesso à sua “equipe de transição”, caso seja eleito presidente, o senador pode ter cometido crimes contra a soberania nacional, corrupção passiva e violação de sigilo funcional, argumenta a legenda. “O conteúdo expõe, com clareza, que houve tratativa direta entre um parlamentar brasileiro e uma potência estrangeira, na qual o agente público nacional parece ter oferecido, como contrapartida ou gesto de aproximação e auxílio em campanha eleitoral por Estado estrangeiro, dados e informações tratadas como sigilosas pelo Estado brasileiro”, afirma a representação.

EUA/ Trump não pode tudo

A Suprema Corte decide que filhos de imigrantes têm direito à cidadania

Em novo revés para Donald Trump, a Suprema Corte dos EUA decidiu, na terça-feira 30, que todas as crianças nascidas em território norte-americano têm direito à cidadania. Ao retornar à Casa Branca, em janeiro de 2025, o republicano editou um decreto para encerrar a concessão automática desse direito a filhos de imigrantes em situação irregular, dando início a uma intensa batalha judicial. Dos nove magistrados que participaram do julgamento, seis entenderam que a medida viola a 14ª Emenda da Constituição dos EUA.

O governo Trump argumentava que a 14ª Emenda foi aprovada para proteger pessoas escravizadas e seus descendentes, mas estaria sendo aplicada de forma indevida a filhos de imigrantes ilegais. Em abril, o presidente chegou a dizer que os EUA eram “o único país do mundo estúpido o bastante para permitir a cidadania por direito de nascimento”.



O presidente ainda tenta restringir esse direito no Congresso

Trata-se de mais uma *fake news* disseminada pelo republicano. Um levantamento do Pew Research Center mostra que ao menos 33 países, entre eles Brasil, Canadá e México, concedem cidadania automática a quem nasce em seu território. Outros 26 adotam critérios mais restritivos, como a exigência de que um dos pais tenha nascido no país.

Agora, Trump apela ao Legislativo. “Não é necessária uma emenda constitucional longa e complicada! O Congresso deve começar hoje a trabalhar para acabar com a cidadania por nascimento”, escreveu na Truth Social.

Colapso humanitário

Os dois terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho deixaram ao menos 2.295 mortos, segundo o último balanço divulgado pelo presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez. Em pronunciamento na tevê estatal, ele afirmou ainda que 11.267 habitantes ficaram feridos em decorrência dos abalos sísmicos. As autoridades estimam que quase 59 mil edifícios tenham sido danificados ou destruídos, enquanto dezenas de milhares de cidadãos seguem desaparecidos. A Agência da ONU para Refugiados alerta que a situação humanitária nas áreas atingidas se deteriorou rapidamente nos últimos dias. Segundo a Acnur, há grave escassez de alimentos, colapso de serviços básicos e aumento dos riscos enfrentados pela população deslocada.

África do Sul/ SURTO DE XENOFOBIA

VIOLENTOS PROTESTOS EXIGEM A EXPULSÃO DE IMIGRANTES IRREGULARES

Envolto em bandeiras e armados com porretes de madeira, milhares de manifestantes ocuparam as ruas das principais cidades da África do Sul, na terça 30, para defender a expulsão de imigrantes em situação irregular. Os violentos protestos coincidem com o fim do prazo concedido pelo governo para que estrangeiros sem documentação deixassem voluntariamente o país.

Os tumultos resultaram em

ao menos quatro mortes. Centenas de imigrantes tiveram casas e negócios vandalizados. O movimento anti-imigração “March and March”, sediado em Durban, prometeu organizar atos semanais contra os estrangeiros. “Nos próximos seis meses, pedimos que nossos recursos nacionais sejam utilizados para expulsar os imigrantes ilegais. De prédio em prédio, eles precisam ir embora”, disse Jacinta Ngobese, líder do grupo.

Muitos sul-africanos acusam imigrantes de outros países da África Subsaariana de roubar empregos e sobrecarregar os serviços de proteção social. Especialistas alertam, porém, que as conclusões carecem de evidências sólidas. O país, que viveu o drama do *Apartheid*, enfrenta hoje uma crise marcada por desemprego elevado, com perto de um terço da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho.



A sociedade que enfrentou o drama do *Apartheid* encontrou novo alvo

A taça é das *bets*

SEM CONTROLE OU BARREIRAS, AS CASAS DE APOSTAS SE INFILTRAM EM TODOS OS CANTOS DA COPA DO MUNDO E FATURAM COMO NUNCA

por MAURÍCIO THUSWOHL

ACopa de 2026 poderia entrar para a história como aquela em que antigas colônias despacharam, na primeira rodada do mata-mata, potências como Alemanha e Holanda. Ou, ainda, a edição em que a draconiana política de “boas-vindas” do governo de Donald Trump a atletas e torcedores estrangeiros envergonhou o mundo. Mas será, acima de tudo, a “Copa das Bets”. Ainda não consolidados, os gastos com publicidade das casas de apostas durante o torneio realizado nos EUA, no Canadá e no México superaram, segundo estimativas do mercado, os 20 bilhões de dólares. O retorno é garantido. De acordo com a SoftSwiss, empresa sediada em Malta e especializada no desenvolvimento de tecnologia para jogos de azar *online*, o volume inédito de apostas, impulsionado pelo número recorde de 48 seleções e 104 partidas, deverá ultrapassar a marca dos 55 bilhões de dólares, 77% acima dos 31 bilhões registrados no Mundial do Catar, em 2022.

O Brasil é uma das molas que impulsionam o setor. Esta é a primeira Copa após a regulamentação das *bets* no País, que responderá, segundo estimativa da SoftSwiss, por cerca de 10% do volume mundial de apostas. Um terço dos brasileiros (34,8% da população) fez uma fezinha desde o início da competição, três vezes mais que os 11% registrados em maio, revela um levantamento da *fintech* Klavi, com base em dados do Open Finance, sistema de integração de dados do Banco Central. As empresas legalizadas veem no Mundial uma oportunidade para consolidar o mercado nacional, onde cerca de

40% das *bets* ainda operam de forma ilegal. “O crescimento não virá apenas do apostador recorrente, mas principalmente de milhões de brasileiros que terão seu primeiro contato com plataformas reguladas durante o torneio”, diz Stefano Andrade, CEO da BB Gaming.

É justamente aí que mora o perigo, pois o potencial para angariar novos consumidores, em sua maioria jovens, durante a Copa pode ser considerado sensivelmente nocivo em um país onde 66% dos apostadores admitem fazer uso problemático das *bets* e que teve 1,4 milhão de pacientes com transtornos associados ao jogo, além de 1,8 milhão de endividados por apostas *online* no ano passado (*gráfico à pág. 15*). Segundo o monitoramento feito pela plataforma Placar das Bets e também pelo Open Finance, a aposta média dos brasileiros, de 188 reais antes do início do Mundial, cresceu diariamente durante o torneio e chegou a 242 reais em 25 de junho. Os dados sobre a movimentação das *bets* ao longo da Copa só serão consolidados após 19 de julho, data da final do torneio, mas a parcial aponta para um cres-

ATÉ O FIM DO TORNEIO, A RECEITA GLOBAL VAI ULTRAPASSAR A MARCA DE 55 BILHÕES DE DÓLARES



cimento ainda mais significativo durante as partidas decisivas.

Em nota divulgada após o encerramento da fase de grupos da Copa, o Instituto de Defesa do Consumidor afirma que a expectativa de crescimento das apostas esportivas reforça as preocupações com os impactos negativos da expansão das *bets* no Brasil. “Essa prática é altamente nociva aos consumidores e causa impactos sociais e de saúde pública”, alerta. O Idec avalia que as regras para publicidade de *bets* são insuficientes para proteger os consumidores de forma adequada. “Observa-se hoje uma naturalização crescente das apostas, impulsionada por campanhas massivas e pela atuação de influenciadores digitais, atletas, clubes e plataformas. O discurso publicitário frequentemente minimiza efeitos concretos já identificados no Brasil, como superendividamento, perda de renda, comprometimento do mínimo existencial e impactos relevantes à saúde mental.”

Os setores mais atentos da sociedade perceberam a gravidade do problema. Diante do volume colossal de recur-

Os torcedores são bombardeados por anúncios das bets. Um terço dos brasileiros apostou desde o início do Mundial de Seleções

sos de publicidade destinados pelas casas de apostas eletrônicas ao torneio, o esforço do Poder Público para conter os exageros acaba, porém, direcionado apenas à parte mais visível do problema. Com mais de 35 milhões de inscritos no YouTube, a CazéTV buscou inovar ao usar narradores e comentaristas para oferecer cotações, conhecidas como *odds*, mais vantajosas que o usual durante as transmissões dos jogos. Os *odds* são prognósticos usados pelas empresas para definir o valor a ser pago por apostas. Quanto mais alto, maior é a recompensa. E o risco.

A inovação caiu na mira da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que abriu investigação por “publicidade enganosa ou abusiva” contra o canal comandado pelo influenciador e empresário Casimiro Miguel. O governo quer saber se houve avaliação específica por parte da CazéTV quanto à compatibilidade das peças pu-

blicitárias com os princípios do jogo responsável e da proteção do consumidor. “A inserção de mensagens promocionais no contexto da transmissão esportiva, a participação de narradores e comentaristas na divulgação das ofertas, a utilização de expressões de incentivo à realização de apostas e a divulgação de condições promocionais específicas podem exigir a verificação acerca da adequada identificação da natureza publicitária do conteúdo”, diz a notificação da Senacon.

Em outra frente, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, após inúmeras reclamações por parte de consumidores, emitiu liminar suspendendo as propagandas de KTO, Betnacional e Bet365 nas transmissões da emissora controlada pela LiveMode. Em nota, a CazéTV afirma que o mercado de apostas esportivas no Brasil está em constante amadurecimento. “Decidimos adotar a partir de agora um padrão mais específico e conservador para ativações de marcas de apostas.” Na prática, diz a empresa, as ativações desse segmento passarão a seguir um “formato mais

REPORTAGEM DE CAPA

tradicional de publicidade, preservando a espontaneidade que marca o canal”.

Na segunda-feira 29, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda deu início a um processo administrativo contra as três plataformas de apostas que anunciam na CazéTV durante os jogos da Seleção na Copa. A medida pode resultar em multa de até 2 bilhões de reais, mas é um tiro ao esmo se comparada ao faturamento das empresas. Todas as medidas parecem uma resposta superficial às críticas diante do excesso visto nesta Copa. Em mais de uma ocasião, o presidente Lula manifestou o desejo pessoal de proibir as apostas online. A vontade não vira, porém, decisão. O principal motivo é que o governo precisa dos impostos pagos pelas *bets*, em um percentual menor do que o desejado pelo Tesouro, para cumprir a meta do arcabouço fiscal. A arrecadação tem falado mais alto.

Enquanto fazem *lobby* no Congresso para se livrar da tributação, as empresas cooptam jornalistas, influenciadores, artistas e jogadores. Um dos mais destacados craques em campo até aqui, Vinícius Júnior é “embaixador” da Betnacional, onde encarna um personagem, o guru “Vini Sênior”, que recomenda “controle” aos apostadores na hora de jogar. Ícone de sua geração, Neymar é garoto-propaganda da Blaze e, no dia de sua convocação pelo técnico Carlo Ancelotti, aproveitou para postar nas redes sociais um vídeo convidando seus fãs a “se divertirem” fazendo apostas na *bet* patrocinadora. Aliás, a convocação-surpresa rendeu ao ex-jogador em atividade, de patrocinadores diferentes, cerca de 30 milhões de reais. Outros atletas da Seleção que têm ou tiveram acordos de publicidade ou patrocínio individuais com *bets* são Raphinha, Matheus Cunha e o capitão Marquinhos.

Há exceções dentro e fora do Escrete Canarinho. Um dos mais experientes do elenco, o lateral Danilo, do Flamengo, tor-



nou pública sua posição contra as *bets* e, às vésperas da Copa, anunciou a adesão ao movimento “Block no Tigrinho”, lançado por artistas para denunciar à população os malefícios da jogatina. Entre os adversários do Brasil no torneio, ganhou destaque o posicionamento de alguns jogadores da favorita França. Contrariados com a divulgação, sem consentimento, de um conteúdo publicitário que associava a imagem dos *bleus* a uma plataforma de apostas, Mbappé, Dembelé e Olise ma-

O GOVERNO TOMA MEDIDAS PONTUAIS PARA ATENUAR AS CRÍTICAS, MAS NÃO ABRE MÃO DOS IMPOSTOS PAGOS PELAS BETS





Os principais times do Brasil são patrocinados por casas de aposta. Danilo, acima, crítico da jogatina, é rara exceção. O ex-jogador em atividade Neymar e a esperança Vini Jr. são garotos-propaganda. Os pedidos de moderação aos usuários têm pouco efeito



nifestaram seu repúdio. “Muitos de nós viemos de bairros onde essas coisas destruíram muita gente. Eu mesmo conheço pessoas que sofreram”, afirmou Mbappé.

A luta dos craques franceses parece inglória quando se sabe que a própria Fifa é parceira comercial das plataformas. Con-

trolada pela empresa Kaizen Gaming, a marca Betano foi nomeada “apoiadora oficial da Copa 2026” para a Europa e América do Sul. A *bet*, que também patrocina o Campeonato Brasileiro, repete a parceria com a Fifa iniciada no Catar há quatro anos e firmada também no Mundial de

Clubes realizado no ano passado. “A Copa é a interseção máxima entre esporte e entretenimento, alcançando bilhões de pessoas. Para nós, é o palco perfeito para consolidar nossa marca como a mais confiável globalmente para apostas esportivas responsáveis”, comemora George Daskalakis, CEO da Kaizen Gaming. Por determinação do contrato, todas as 48 seleções participantes, mesmo aquelas que tenham contratos firmados com outras *bets* – casos, por exemplo, de França, Portugal e Argentina –, têm de conviver com a logomarca da Betano durante as transmissões de jogos e entrevistas.

As *bets* são também onipresentes nos campeonatos nacionais de futebol, com gastos publicitários estimados em dezenas de bilhões de dólares. O relatório *Investimentos Bets 2025*, elaborado pela empresa de análise Tunad após o monitoramento de 150 emissoras brasileiras, aponta que as plataformas de apostas gastaram 1,4 bilhão de reais no ano passado com a difusão de conteúdo publicitário nas tevês paga e aberta, rádio e *streaming*. Além do patrocínio direto às principais competições organizadas pela CBF e pelas federações estaduais, as plataformas são hoje as principais patrocinadoras dos clubes. De acordo com um levantamento realizado pelo Panorama do Mercado de Apostas de Quota Fixa a pedido do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável e da Associação Nacional de Jogos e Loterias, o valor total das cotas de patrocínio *master* das principais marcas do setor aos clubes da Série A do Brasileirão na atual temporada é de 1,1 bilhão de reais. Outro estudo, produzido pelo Banco Itaú, revelou que, em 2024, as *bets* gastaram no Brasil 3,5 bilhões de reais em patrocínios diretos ao futebol, por meio de clubes, campeonatos e transmissões de partidas.

No início do atual Campeonato Brasileiro, 12 dos 20 clubes da elite tinham a marca de alguma *bet* estampada na fren-

te da camisa e outros seis estão sem patrocinador *máster*, mas em negociações mais ou menos avançadas com as plataformas de apostas. Somente o Bragantino, patrocinado pela Red Bull, e o Mirassol, patrocinado pelo Guaraná Poty, escapam à sina. Entre os contratos vigentes, o mais volumoso foi firmado entre o Flamengo e a Betano por 268,5 milhões de reais. Outros contratos com cifras de nove dígitos foram firmados pelos clubes de maior torcida: São Paulo e Superbet (113 milhões), Corinthians e Esportes da Sorte (103 milhões) e Palmeiras e Sportingbet (100 milhões). Não só no Brasil, as empresas financiam as exorbitantes cotas de transmissão e estabeleceram quase completo monopólio sobre o esporte, em todas as suas fases e dimensões.

Escolhida para “dar o exemplo” em um cenário de crescente vale-tudo no que diz respeito à publicidade das *bets*, a CazéTV serviu, no fim das contas, de bode expiatório. Estudo realizado pela Tunad, desta vez a respeito das dez maiores casas de apostas que atuam no Brasil, revelou que, no primeiro trimestre de 2026, as empresas investiram 327,2 milhões de reais em publicidade, e que 59% desse montante foi destinado à Globo (190 milhões), seguida de longe por SBT (75 milhões) e Bandeirantes (20 milhões). Com o apresentador Luciano Huck como garoto-propaganda, a Globo é também sócia da Bet MGM, pertencente ao conglomerado de hotéis e cassinos MGM Resorts International. O mesmo caminho vem sendo trilhado pelo SBT, com a *bet* Todos Querem Jogar, e com a Bandeirantes, que lançou a Bandbet.

A crescente adição às verbas de publicidade pagas pelas casas de apostas *online* faz com que mesmo as agências de publicidade mais engajadas em um discurso de responsabilidade social relutem em criticar publicamente o setor que hoje é uma de suas principais fontes de receita. Em nota, o IBJR afirma “acompanhar aten-



A Globo é sócia da MGM em uma plataforma de apostas. Craques franceses, Mbappé à frente, se rebelaram contra o uso sem permissão de suas imagens por patrocinadora da seleção

tamente” as manifestações de preocupação do governo e da sociedade sobre a publicidade das apostas de cota fixa. “Sempre que houver indícios de descumprimento, a apuração rigorosa pelas autoridades competentes é fundamental para preservar a integridade do mercado, proteger os consumidores e fortalecer a confiança da sociedade no ambiente regulado.” O Instituto defende “o aprimoramen-

to das boas práticas do setor”, participa ao lado do Conar da revisão contínua das normas de autorregulamentação publicitária e orienta os associados a observar os padrões definidos na legislação. “Dessa forma, o setor regulado se posiciona como parte da solução”, diz o IBJR.

Enquanto o País assiste ao 7 a 1 imposto pelas *bets*, alguns Projetos de Lei em trâmite no Congresso querem limitar ou até mesmo proibir a farra. Lançada um mês antes do início da Copa, a Frente Parlamentar de Promoção da Saúde Mental apresentou o Projeto de Lei “Brasil Contra as Bets”, que tramitará simultaneamente na Câmara dos Deputados e no Senado, e busca proibir anúncios, propagandas e patrocínios feitos por casas de aposta. O time que joga a favor das plataformas parece, no entanto, mais entrosado e inclui representantes das bancadas da Bala e do Agronegócio. Em nome da “liberdade do mercado”, projetos e emendas



em favor das *bets* têm surgido aos montes, como em fevereiro, quando um esforço de última hora realizado por deputados do Centrão retirou do texto do PL Antifacção o dispositivo que criava uma Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico de 15% sobre as plataformas. Na “Bancada das Bets” destacam-se os deputados Isnaldo Bulhões, do MDB, e Doutor Luizinho, do PP, e senadores como Jorge Kajuru, do PSB, e Romário, do PL. O mais recente projeto do grupo, protocolado no fim de maio pelo líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto, do PL, quer agora revogar até mesmo o imposto de 15% sobre o valor líquido dos prêmios obtidos em apostas de loterias e de *bets*. “Dessa forma, os apostadores que vencerem receberão premiações sem desconto de impostos. Meu projeto não favorece as *bets*, está favorecendo o consumidor, favorecendo quem ganha”, diz o parlamentar.

Como se vê durante a Copa, o “Block do Tigrinho”, iniciativa louvável dos artistas, disputa uma partida inglória, na qual as *bets* não só controlam o juiz, mas são donas do campo e da bola e contam com uma fiel torcida de *hooligans*. •

NO OBA-OBA DA COPA



5,5 bilhões

de dólares (cerca de 28 bilhões de reais) é a fatia que deve ser abocanhada pelas casas de apostas brasileiras



55 bilhões

de dólares é a estimativa de faturamento das bets durante o megaevento esportivo



20 bilhões

de dólares é o montante investido pelo setor em publicidade durante a competição

MERCADO BRASILEIRO

37 bilhões

de reais de faturamento em 2025



9,95 bilhões

de reais em impostos em 2025



29,4 milhões

de apostadores ativos



IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

143 bilhões

de reais retirados do varejo entre 2023 e 2026



66%

dos apostadores apresentam uso problemático das bets



1,8 milhão

de endividados por apostas online em 2024



1,4 milhão

de pacientes com transtornos associados a jogos

COMPORTAMENTO DE RISCO



35%

apostam para “ganhar dinheiro”



18%

não verificam se a bet é legalizada



29%

não sabem identificar a diferença

Fontes: SoftSwiss, SPA/Ministério da Fazenda, CNC, Lenad/Unifesp, pesquisa Quaest e H2 Gambling Capital.



Pacote de bondades

ELEIÇÃO Em um esforço para melhorar a imagem, Lula faz um *sprint* final no lançamento de obras e programas de apoio

POR ANDRÉ BARROCAL

A campanha presidencial começa só em agosto, com o registro das candidaturas na Justiça e o início da propaganda eleitoral, mas a pré-campanha entra em nova fase. De 4 de julho em diante, exatos três meses antes de os brasileiros irem às urnas, os postulantes à reeleição ficam proibidos de inaugurar obras, contratar servidores ou fazer publicidade dos atos de gestão. Daí o presidente Lula ter se empenhado nos últimos dias nos derradeiros anúncios de novas medidas do governo. Agora, terá de combinar o expediente burocrático no Palácio do Planalto com atividades político-partidárias fora da agenda oficial, em particular à noite e nos fins de semana. Com palanques definidos em 24 estados, o petista dedicará parte do tempo a reuniões com candidatos a governador e senador que o apoiam e a gravar vídeos para eles, entre outras.

O que a máquina de publicidade governamental podia fazer pelo ibope de Lula está feito e se o resultado de hoje não é o dos melhores para quem tentará renovar o mandato, está um pouco melhor do que se via há dois ou três meses, tempos de angústia no petismo e sua militância diante das pesquisas. Para sorte do presidente, o principal rival, o senador Flávio Bolsonaro, do PL, vive uma maré de más notícias iniciada com a revelação da intimidade financeira com o ex-banqueiro

Daniel Vercaro, do finado Banco Master, engrossada pelo “tarifaço 2” de Donald Trump e, mais recentemente, pela briga em praça pública, ou melhor, em ágora digital com a madrastra Michelle.

Até a largada da propaganda eleitoral na internet, em 15 de agosto, e na tevê, 13 dias depois, caberá ao PT a tarefa de promover o presidente, em especial nas redes sociais. Estas são dominadas pela extrema-direita, razão para o filósofo Marcos Nobre apontar a existência de um “Partido Digital Bolsonaroista”, título de um livro recém-lançado por ele e cinco coautores. Na sexta-feira 3, o PL promoveu no Rio de Janeiro um seminário de comunicação com, segundo as palavras do secretário-geral do partido, o senador Rogério Marinho, “grandes nomes da direita, influenciadores e especialistas”. Um encontro para alinhar discursos e reunir arsenal contra Lula e o PT.

Secretário nacional de comunicação do PT, Eden Valadares afirma que por ora nada muda na atuação petista nas redes, o padrão atual será mantido, “até porque ainda não pode pedir voto e a Co-

pa do Mundo tem monopolizado as atenções”. A final da Copa será em 19 de julho, e um dia depois começa o período de convenções partidárias que, até 5 de agosto, definirão os candidatos a presidente. A do PT, em conjunto com legendas aliadas, será em 2 de agosto, em São Paulo, estado escolhido por ser o principal teatro de operações, berço de 21% do eleitorado.

Os próximos 90 dias até o pleito verão um “corpo a corpo” na luta por votos, e aí será possível mostrar à população lá na ponta, no mundo real, as realizações do governo e combater as “narrativas” que circulam nas redes sociais por obra da oposição que contam uma história negativa sobre Lula. É o que diz o secretário-geral do PT, Henrique Fontana. “Essa será a eleição mais importante e desafiadora das nossas vidas e, provavelmente, a mais disputada”, afirma. E por que será mais acirrada do que o duelo de 2022 com Jair Bolsonaro? “Vamos enfrentar uma tentativa de interferência maior por parte dos Estados Unidos. Além disso, as ideias da extrema-direita ganham força com a crise gerada pelo capitalismo financeirizado e predatório, como vimos nas eleições recentes na Colômbia e no Peru.”

De quebra, o canhão financeiro do adversário está mais potente. O fundo público da eleição tem o mesmo tamanho da campanha passada, 4,9 bilhões de reais. Antes, o PT tinha vantagem sobre o PL:

A popularidade do presidente tem melhorado nas últimas semanas



levou 503 milhões e os liberais, 288 milhões. Agora, é o contrário: 881 milhões a 615 milhões para o PL. Dificuldades políticas e financeiras somadas explicam o motivo de a futura campanha de Lula ser prioridade total na divisão interna no PT da verba do fundo, conforme um dos vice-presidentes do partido, Jilmar Tatto.

Para Fontana, mesmo com as restrições legais impostas pela legislação eleitoral, “o mais importante é o governo andar cada vez melhor”. A elevação da popularidade governamental é uma tendência durante campanhas. Foi assim com Bolsonaro em 2022. Segundo uma pesquisa Datafolha de junho, 49% desaprovam Lula e 48%, aprovam. No caso do governo, 38% têm uma avaliação negativa, 32% uma positiva e 29% uma regular. Na última semana sem restrições, Lula inaugurou obras, inclusive parciais, na Bahia e no Ceará, e participou, em Brasília, do anúncio da última grande medida oficial de potencial impacto nas urnas, o Desenrola Adimplentes.

O Desenrola é um programa de 2023, e que neste ano ganhou nova versão, des-

Financiamento. O Desenrola 2 vai levar crédito a juros mais baixos a quem paga em dia. O Plano Safra bate recorde, de novo, mas o agronegócio queria muito mais



tinado a tirar os endividados do sufoco. Propõe-se a facilitar a troca de dívida cara por uma mais barata, de juros mais baixos. Registre-se que parte da explicação para a corda no pescoço dos endividados é do governo, graças ao juro pornográfico do Banco Central, que com Lula saiu de 13,75% ao ano, chegou a 15% e agora está em 14,25%. O Desenrola Adimplentes

segue a mesma lógica de substituir dívida pesada por outra menor, mas o público-alvo é diferente, microempreendedores individuais, não pessoas físicas, que ainda não entraram na lista dos caloteiros (essa lista abriga quem está com atrasos acima de três meses). Podem ser renegociados débitos de até 15 mil reais, com juro anual de 26%. As operações devem ser

feitas basicamente pelo Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. As instituições privadas não veem motivo para oferecer a facilidade a devedores que, bem ou mal, têm pagado os empréstimos.

No embalo do DesenrolaAdimplentes, o governo botou na praça mais duas iniciativas de alívio creditício. Uma é para quem bancou a faculdade com o Fies, linha de crédito estudantil, pagou em dia três anos desse financiamento e agora possui, ou quer, um empreendimento próprio e precise de capital de giro. O juro é de 11% ao ano. O empréstimo, via bancos públicos sobretudo, será de até 80 mil para pessoas físicas e de até 180 mil para as jurídicas. Neste segundo caso, a empresa precisa ter ao menos um sócio com histórico de bom pagador. A outra iniciativa é para atender trabalhadores de carteira assinada. Estes poderão oferecer o FGTS como garantia em empréstimos do tipo “consignado”, aquele cujas parcelas são descontadas do salário. Por estar diante de uma forma de reaver o dinheiro em caso de calote do devedor, o banco pode baixar o juro dos empréstimos. Ao menos, é a expectativa oficial.

Um dia após o pacote de crédito, o governo lançou o tradicional e anual Plano Safra, de empréstimos subsidiados do Banco do Brasil ao campo. E o que se viu foi o de sempre: um caminhão de dinheiro para um setor que nunca está satisfeito e reclama. O plano tem 610 bilhões de reais, um recorde. São 16 bilhões a mais do que o anterior. O juro será de 9% a 12,5%. Antes, variava de 10% a 14%. Do valor total de crédito, 525 bilhões são para médios e grandes agropecuaristas e 85 bilhões, para a agricultura familiar. A CNA, maior entidade nacional de defesa dos fazendeiros, queria 622 bilhões. A fatia direcionada à turma de grande porte supera o que a confederação pedia (518 bilhões). “O anúncio trou-

Lula conta com os percalços do principal adversário, Flávio Bolsonaro

xe poucas informações sobre a efetiva disponibilidade de recursos para os produtores rurais e incorporou instrumentos que tradicionalmente não integram o Plano Safra”, reclamou a entidade.

A bancada ruralista no Congresso, uma espécie de CNA com mandato parlamentar, reverberou as queixas. E criticou a ausência de Lula no anúncio da bolada para os grandes agropecuaristas. O presidente havia viajado ao Paraguai pela manhã, para participar de uma reunião de cúpula do Mercosul, e voltou a Brasília à tarde, a tempo de participar somente do anúncio do plano para a agricultura familiar. A realização de dois eventos distintos é uma marca das gestões petistas. Apesar da chiadeira, a bancada ruralista tenta arrancar do ministro da Fazenda, Dario Durigan, uma linha especial de

crédito para produtores que tenham tido perdas causadas por crises climáticas e conflitos geopolíticos.

O antipetismo e o conservadorismo do campo empurram-no ao apoio do anti-Lula da vez, mas a fase de Flávio Bolsonaro não é boa. A briga com a madrasta por causa de um vídeo divulgado por ela no fim de junho, a atacar a aliança do senador com Ciro Gomes no Ceará, rendeu novos capítulos. A ex-primeira-dama deixou o comando do PL Mulher, apesar do apelo do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, para que a lavagem de roupa suja familiar acontecesse entre quatro paredes. Michelle tem espalhado ainda que pode até não concorrer ao Senado pelo Distrito Federal.

Em meio à briga com a madrasta, Flávio tomou café da manhã com mulheres do PL em Brasília. O voto feminino é de novo um pepino para o bolsonarismo, daí o encontro servir de pretexto para fotos e vídeos que virassem notícia. Michelle boicotou o convescote e nada indica que em 15 de julho comparecerá ao lançamento de um plano de governo do enteado para as mulheres. Para piorar, um aliado do clã, Paulo Figueiredo, neto de general-ditador

brasileiro e há tempos residente nos Estados Unidos para não prestar contas à Justiça brasileira, comentou nas redes sociais que “mulher vota estatisticamente muito mal”, principalmente “as solteiras”.

As mulheres compõem a maioria do eleitorado, 53% dos 158 milhões de votantes, 9 milhões a mais que os homens. São mais antipáticas ao bolsonarismo e simpáticas ao lulismo. A diferença nas preferências delas e deles é uma das formas de enxergar o favoritismo do presidente nas pesquisas. Entre as mulheres, Lula ganha de 44% a 26% de Flávio no primeiro turno e de 52% a 37% no segundo, segundo o Datafolha de junho. Como o “zero um” de Jair vai virar esse jogo é um mistério. •



Roupa suja. Michelle é a mais dura oponente de Flávio

O futuro da saúde passa pela conciliação

POR **GUSTAVO RIBEIRO**, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

O maior desafio estrutural do sistema de saúde brasileiro, tanto público quanto privado, é garantir a sua sustentabilidade diante das profundas transformações demográficas pelas quais o País atravessa. O envelhecimento da população, o aumento das doenças crônicas e a incorporação permanente de novas tecnologias exigem um debate maduro sobre políticas públicas, Previdência, financiamento e inovação. São essas as discussões que definirão a capacidade de o Brasil manter o acesso universal à saúde nas próximas décadas. O problema é que boa parte da energia das instituições ainda é consumida por um desafio que pertence muito mais ao presente do que ao futuro: a crescente judicialização da saúde.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que, apenas nos cinco primeiros meses deste ano, mais de 302 mil ações contra a saúde ingressaram no Judiciário brasileiro. Embora esse universo represente uma pequena fração ante os milhões de atendimentos realizados diariamente pelos sistemas público e privado, seu impacto é desproporcional. Cada processo mobiliza uma extensa estrutura administrativa e técnica, consome recursos públicos e privados e amplia a pressão sobre um sistema que já enfrenta enormes desafios. Sempre que essas disputas decorrem de práticas oportunistas ou de conflitos passíveis de solução consensual, todos perdem: o paciente, que espera mais; o Judiciário, que se sobrecarrega; e o sistema



Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

de saúde, que direciona recursos para o litígio em vez da assistência.

Diante desse pano de fundo, destaco aqui mais um importante movimento encabeçado pelo CNJ, que, sob regência da coordenadora Daiane Nogueira, reuniu o Ministério da Saúde, representantes de operadoras e de entidades setoriais, como a própria Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), para, junto ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, assinar um amplo acordo em prol da conciliação na saúde.

O lançamento do Concilia+Saúde marca um novo momento. Mais que um

programa, a iniciativa consolida uma política pública voltada à mediação, à construção de soluções consensuais e ao fortalecimento da cooperação institucional. Seu maior mérito talvez seja recolocar o cidadão no centro do sistema. O objetivo é criar caminhos para que os problemas sejam resolvidos com mais rapidez, eficiência e racionalidade, preservando direitos sem abrir mão da sustentabilidade do sistema.

Essa transformação não acontece por acaso. Ela é resultado de um processo de amadurecimento institucional construído nos últimos anos. As decisões do STF ao estabelecer ações como critérios objetivos para temas complexos como a ADI 7.265 fortaleceram a segurança jurídica e reduziram espaços de incerteza. Os Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-Jus) aproximaram as decisões da medicina baseada

em evidências. Agora, o Concilia+Saúde acrescenta um novo componente ao criar caminhos para que muitos conflitos sejam resolvidos fora dos tribunais.

Construir um sistema de saúde mais eficiente exige boas políticas públicas, regulação consistente, decisões técnicas e instituições fortes. Mas exige também a capacidade de promover diálogo. Talvez o maior avanço de um sistema de Justiça não seja apenas decidir corretamente os conflitos que chegam às cortes, mas criar condições para que um número crescente deles seja resolvido antes mesmo de nascer. Na saúde, quando o diálogo chega primeiro, quem realmente vence é a sociedade.

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Bolsonarismo 2.0

► **Associados ao trumpismo e com grande capacidade de mobilização, os discípulos de Bolsonaro dissimulam o autoritarismo de outrora com singulares artifícios**

A história humana não ocorre através de fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela por meio de processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Não há, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias. Só há ordem na mera descrição histórica, bem como nas tentativas de sua compreensão pelos manuais da didática clássica. Na história vivida prevalece o caos.

É nesse cenário que podemos afirmar enfaticamente: o bolsonarismo está aparelhado para, de forma sedenta, reassumir o poder pelas vias democráticas, mas com o deliberado propósito de miná-las no curso do processo eleitoral, abrindo caminho para uma governabilidade de exceção.

As formas de autoritarismo do século XXI possuem, como constantemente reafirmamos, determinadas especificidades quando comparadas às manifestações do século anterior. Ainda que identifiquemos elementos de continuidade, as expressões dos últimos anos, por estarem diluídas na rotina democrática, tornam o tema ainda mais desafiador.

O autoritarismo deixou de ser a mani-

festação de um Estado de exceção em sua acepção clássica, para dar lugar às medidas de exceção associadas à produção fractal e líquida. Ou seja, deparamo-nos com um Estado de exceção que se manifesta por medidas de exceção, não por governos de exceção.

Utilizamos a denominação autoritarismo líquido para falar dessa nova natureza das medidas de exceção no interior das rotinas democráticas, por se tratar de medidas fragmentadas, cirúrgicas, acionadas sob uma aparência de legalidade, o que torna sua identificação mais difícil.

A análise do autoritarismo líquido – assim intitulado por não se assumir como tal, não ser uniforme e minar, em intensidades variadas, os âmbitos da vida democrática – impõe aprofundado estudo dos fatores de desestabilização e de subversão dos direitos fundamentais e da democracia.

O enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudem os artifícios das novas formas de autoritarismo, inclusive de matriz neobolsonarista, enfraquecedoras do nosso pacto civilizatório.

O olhar para o futuro pressupõe, antes de mais nada, o reconhecimento dos nossos recentes fracassos, a insuficiência dos nossos manuais clássicos e a falibilidade das nossas instituições. Entretanto, sem que antes tenhamos enfrentado e desnudado o bolsonarismo, o mesmo vem se apresentando, praticamente às vésperas de um novo processo eleitoral, de forma cada vez mais sofisticada e poderosa.

Maior sofisticação, quando comparado ao que podemos chamar de bolsonarismo 1.0, é identificada, por exemplo, nos seus discípulos, inclusive nos governos estaduais. Com maior verniz, eles dissimulam o autoritarismo de outrora com sin-

gulares artifícios. Ademais, maior poderio identifica-se, ainda, na capacidade de mobilização e associação ao trumpismo.

É fundamental compreender as causas e as consequências do deslocamento do poder soberano do povo para aquele que toma para si a possibilidade de, inclusive mobilizando afetos públicos e em solapamento da verdade e da coesão social, decidir sobre a exceção. Trata-se do antídoto contra a gradual fragilização dos direitos fundamentais, dos espaços e dos sentidos da democracia e, por fim, da relação de pertencimento à sociedade.

Repita-se: o enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudem os artifícios de um autoritarismo de diluição do pacto civilizatório e da coesão social. Medo, ódio, ressentimento, decepção, raiva e angústia são, como nunca, capturados pelo soberano por meio de narrativas pretensamente racionais e legitimadoras da imposição de mecanismos de segregação e violência, em prejuízo da pluralidade e da tolerância.

Ainda que desejássemos, não temos fórmulas ou receitas para o enfrentamento do desafio ora apresentado. Uma das características do novo autoritarismo está exatamente em retroalimentar-se e de redesenhar-se diuturnamente, inclusive como estratégia de infiltração e de esvaziamento dos instrumentos democrático-sociais a ele contrários.

A reconstrução, bem como o olhar para o futuro, requer incondicional compromisso com a democracia e com os direitos fundamentais. O grande problema é que, sem que antes tenhamos cicatrizado as dores do bolsonarismo paterno, seus filhos e adeptos estão, como nunca, armados para a guerra. Estejamos em vigília. •

redacao@cartacapital.com.br



Flávio foi para a frigideira

► Michelle e Valdemar Costa Neto ganham mais se o filho 01 de Jair perder a eleição

O que está em jogo no lar bolsonarista não é quem vai disputar as eleições presidenciais de outubro – o príncipe ou a rainha, o peão ou o cavalo. Hoje, e depois do Escândalo Master, ninguém consegue definir o verdadeiro valor de face do bolsonarismo. O ex-capitão está na cadeia, cumprindo pena por golpe de Estado. A ideia de um líder forte, encantador de serpentes, sumiu atrás das grades. A reiterada exposição de suas fragilidades físicas desmonta a imagem do Mussolini jabuticaba, do super-herói que vai “livrar o País” de alguma coisa. Seu filho Flávio, autodenominado sucessor político do pai, registra nas pesquisas perdas crescentes entre eleitores antes cativos de Jair. Aquele que se nomeia candidato a presidente por direito de sucessão foi engolido pelo mar de lama do banco de Daniel Vorcaro e de uma relação antipatriótica com os Estados Unidos, a quem só falta pedir explicitamente que lidere um golpe de Estado no Brasil.

O legado político depositado no tabuleiro do xadrez da direita brasileira em 2026 é muito mais que Flávio ou mesmo Jair. O mais importante, para esse espectro, não é perenizar o bolsonarismo, mas um eleitorado conservador que deixou de ser apenas um aglomerado de fanáticos em torno de um líder e passou a reunir um contingente expressivo de simpatizantes, por adesão ideológica, em torno de partidos políticos.

O PL é o principal deles. Embora tenha crescido e se multiplicado a partir da adesão de Bolsonaro, o partido ganhou organicidade apesar dele. O construtor da máquina partidária que floresceu e frutificou nos últimos cinco anos foi o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto. Michelle Bolsonaro é parte dessa engenharia política não como esposa de Jair, nem apenas como presidente do PL Mulher, mas pelas relações estreitas com igrejas evangélicas de diversas denominações. Hoje, o partido que era um sopro e vivia à margem do poder federal, qualquer que fosse ele, comendo as sobras, é a maior força de direita do País. Tem quase 1 milhão de filiados, fez uma bancada de 99 deputados federais em 2022, elegeu 516 prefeituras e 5 mil vereadores em 2024 e já começa a eleição deste ano com a vantagem de dez senadores eleitos em 2022, que têm mais quatro anos de mandato.

Flávio Bolsonaro cometeu o erro de trombar de frente com Michelle e Costa Neto. Impôs a sua candidatura como se fosse ordem do pai. Alijou ambos das decisões de campanha. Agiu como um miliciano: entrou no PL Nacional com um chute na porta e expulsou os donos. Patina agora nas pesquisas de opinião, carregando na testa o carimbo de beneficiário de Vorcaro e de vendilhão da pátria. É o candidato que pediu, e conseguiu, dinheiro de Vorcaro e cujo irmão pediu ao governo norte-americano sanções contra o Brasil. É o senador que, agora, sem intermediários, diz que vai colocar à disposição dos EUA uma “equipe de transição” para decidir, se eleito, as relações do Império com o Brasil. Quando for iniciada oficialmente a campanha elei-

toral, Flávio irá para as ruas carregando um desgaste do tamanho necessário para impedir uma vitória eleitoral.

O senador esticou tanto a corda que, para o PL, é mais vantagem que ele perca. O que Michelle tem feito, com a cumplicidade de Costa Neto, é jogá-lo às feras. Pode continuar candidato, mas não será presidente. Derrotado, terá a utilidade de puxar uma boa bancada federal, com o auxílio dos votos antipetistas, e sua liderança acabará no dia seguinte à derrota. A política regional, sob controle de Costa Neto, dará ao dirigente partidário uma base parlamentar sólida, com forte poder de negociação. O presidente do PL, um dos líderes mais longevos do Centrão, fará bom proveito disso.

O capital eleitoral evangélico também não cairá automaticamente no colo de Flávio. Ele se espalha por todos os partidos. O Republicano de Tarcísio de Freitas, inclusive, é considerado um partido de propriedade de Edir Macedo, líder único e incontestado da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior do Brasil. Nas eleições passadas, definiu como prioridade eleger uma forte bancada federal, capaz de barrar as agendas de esquerda no Congresso. O presidente do partido, Marcos Pereira, nem sequer compareceu à reunião do pré-candidato com os líderes do Centrão no Congresso, logo depois de se autodeclarar candidato pelo PL. Silas Malafaia, o presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ficou de costas para o filho de seu líder após as pesquisas eleitorais mostrarem a debandada de votos evangélicos ao candidato acusado de corrupção. “Não passo a mão na cabeça de corrupto de direita”, disse, selando o rompimento com Flávio. •

redacao@cartacapital.com.br

Irredutível

MINAS GERAIS O PT vê chances de Marília Campos virar governadora, mas ela insiste na candidatura ao Senado

POR ALAN RODRIGUES

Após a desistência do senador Rodrigo Pacheco, do PSD, que preferia uma cadeira vitalícia no Supremo Tribunal Federal, o PT ficou sem um candidato competitivo e um palanque forte para Lula na eleição em Minas Gerais, colégio eleitoral normalmente decisivo na disputa presidencial. Desde então, a cúpula do partido tenta convencer a ex-prefeita de Contagem, Marília Campos, a trocar a corrida ao Senado pela aposta ao governo estadual. Segundo muitos dirigentes, Campos, caso aceitasse o desafio, teria chances reais de vencer, mas os inúmeros apelos não a comovem. Até o momento.

Em reunião no domingo 28 com o presidente nacional do partido, Edinho Silva, a ex-prefeita foi direta. “Renunciei ao mandato de prefeita do meu município para ser pré-candidata ao Senado por Minas Gerais. É a minha motivação e diria que é a maior viabilidade de o PT ter uma vitória no nosso estado, uma vitória política e eleitoral”, reafirmou a jornalista, na terça-feira 30, durante ato de campanha em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. Campos defende, no caso da disputa estadual, a formação de uma frente ampla com MDB, PSB e PDT. “Continuo trabalhando dentro da estratégia que foi definida pelo presidente

Lula, que é apostar em uma candidatura de centro ao governo”, emendou.

Nos bastidores, o grupo político da ex-prefeita distribuiu, há uma semana, uma carta analítica a respeito do cenário político. “Marília tem estratégia clara: nossa experiência no governo de Minas não foi bem-sucedida e, por isso mesmo, não devemos ter protagonismo na candidatura a governador. Nosso candidato deve ser de um partido de centro, devemos apostar na constituição de uma frente ampla, e Marília, em cargo legislativo. A estratégia do PT de Minas de ter candidatura própria é, para dizer o mínimo, uma temeridade. No limite será um desastre político”, diz a missiva, sem meias-palavras.

À primeira vista, trata-se de uma decisão individual. Mas, nas atuais circunstâncias, a recusa leva a um contexto mais amplo. Não se trata apenas de uma escolha eleitoral, mas da confirmação de que

A ex-prefeita de Contagem considera temerária uma candidatura da legenda ao governo estadual

o PT ainda não encontrou uma forma segura de disputar em Minas Gerais. A última experiência terminou com a derrota de Fernando Pimentel para Romeu Zema. Não foi apenas uma alternância de poder, mas a consolidação de uma mudança na linguagem política no estado. O governo Pimentel enfrentou restrições fiscais severas, atrasos salariais no funcionalismo e desgaste administrativo. “O fracasso do governo petista afetou o capital eleitoral da legenda no estado”, avalia o cientista político Rudá Ricci. Segundo ele, “desde então, o PT não conseguiu lançar sequer candidatura própria nas eleições estaduais seguintes”. Até hoje, “o partido em Minas não fez uma autocrítica em relação ao governo Pimentel”, diz o sociólogo e pré-candidato a deputado federal João Batista dos Mares Guia.

Zema percebeu a mudança de humor. Ao longo de sua gestão, o contraste com o governo anterior deixou de ser episódico e passou a estruturar a comunicação. “O antipetismo deixou de ser reação e virou linguagem”, resume um parlamentar petista sob anonimato. Não se trata de dizer que o governo Pimentel é a causa única. A reorganização da direita, a fragmentação do campo progressista e a dinâmica nacional da polarização igualmente moldaram o ambiente político mineiro.

Sob essas circunstâncias se assenta a resistência da ex-prefeita.

“A candidatura ao governo significa a volta radical da polarização, em um estado que está se despolarizando, devido ao estilo prudente e moderado dos mineiros e porque também a polarização inviabiliza um diálogo mais amplo para retirar Minas da falência”, entende Campos. Segundo ela, não se pode subestimar Romeu Zema, presidenciável do Novo, no estado, pois ele deixou o governo com 60% de aprovação. “A candidatura é a volta da polarização, é o sonho



da direita e da extrema-direita mineira”, teria dito a Edinho Silva.

A trajetória da ex-prefeita foi construída em Contagem, onde consolidou base eleitoral própria e imagem de gestora com forte aprovação local em quatro eleições. Diferentemente de outras lideranças do PT, sua projeção estadual não depende exclusivamente da estrutura par-

Reconstrução.

Segundo Campos, o eleitorado do estado ainda não esqueceu o fracasso da última gestão do partido

tidária. Disputar o governo significaria algo maior do que uma eleição. Significaria entrar novamente no campo simbólico. E significaria outra coisa, menos explícita e mais determinante: ser incorporada a uma estratégia nacional que não garante controle sobre os resultados.

No desenho político do PT, uma candidatura ao governo de Minas teria a função de servir de palanque para Lula e reorganizar o campo progressista no estado. Na prática, representaria transformar sua principal liderança estadual em instrumento de uma engenharia eleitoral nacionalizada. Campos não se dispõe a ocupar esse lugar. Disputar o Senado, por outro lado, preserva sua trajetória individual. É um ambiente mais controlado, menos exposto ao desgaste de uma eleição majoritária. Lula continua forte em Minas Gerais, com cerca de 42% de apoio, mas essa força não se converte automaticamente em competitividade estadual para o PT, que oscila em torno de 23% das intenções de voto. O eleitor mineiro separa com nitidez a figura do presidente da República do desempenho do partido nas disputas locais. Nos bastidores, a leitura é de que o problema não é apenas de candidatura. É de memória política. “Marília Campos não quer apenas disputar uma eleição. Ela recusa ser instrumento de uma estratégia nacional errática”, resume um dirigente petista sob reserva.

Sem avançar nas negociações com Alexandre Kalil, ex-prefeito de Belo Horizonte e pré-candidato do PDT, a opção na mesa é o jovem Gabriel Azevedo, do MDB, ex-presidente da Câmara de Vereadores da capital. Próximo ao tucano Aécio Neves, Azevedo defendeu o *impeachment* de Dilma Rousseff e não chega a ser um nome competitivo. Mas, se não surgirem novas alternativas até o prazo final, o PT terá de se apegar a um velho ditado: “Quem não tem cão caça com gato”. •

Corrida de obstáculos

CONGRESSO Mesmo sob a obstrução da bancada fundamentalista, o projeto que criminaliza a misoginia avança na Câmara

POR MARIANA SERAFINI

Aprovado por unanimidade no plenário do Senado em março, inclusive com o apoio de parlamentares bolsonaristas, o Projeto de Lei que criminaliza a misoginia não teve a mesma recepção na Câmara, onde os deputados do PL buscam criar toda sorte de obstáculos para impedir a tramitação da proposta. A votação, prevista para a terça-feira 30, acabou adiada pela obstrução de figuras como Nikolas Ferreira e Júlia Zanatta, a apontar na iniciativa um “perigoso precedente” para a liberdade religiosa, como se as manifestações de ódio às mulheres tivessem respaldo divino.

Ao cabo, um requerimento de urgência foi aprovado na noite da quarta-feira 1º. “Fizemos um acordo para votar o projeto antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho, mas fomos surpreendidos com essa obstrução. Agora estamos reforçando o diálogo com a Bancada Evangélica e as mulheres do PL para entender melhor a razão dessa resistência”, afirma a deputada Tabata Amaral, do PSB, relatora da proposta na Câmara.

De autoria da senadora Ana Paula Lobado, do PSB, o PL 896.23 equipara a misoginia ao crime de racismo, com pena de dois a cinco anos de prisão. O texto

inclui a expressão “condição de mulher” entre os critérios de interpretação da Lei do Racismo (Lei 7.716, de 1989), ao lado de cor, etnia, religião e procedência nacional. Como o projeto sofreu modificações na Câmara, o texto deve retornar ao Senado se for aprovado pelos deputados.

As modificações visaram deixar a redação mais precisa, de modo a evitar interpretações subjetivas, que poderiam gerar insegurança jurídica. Além disso, os deputados incluíram, durante a tramitação da proposta, agravantes para a misoginia cometida na internet para fins de engajamento ou monetização. Segundo Amaral, todo esse esforço foi para não deixar brechas aos misóginos que habitam as redes. “O objetivo não é criminalizar piadinhas ou quem fala babaquice na internet. Estamos falando de condutas realmente graves, que merecem tratamento penal.” Entre elas, a parlamen-

Na quarta-feira 1º os deputados aprovaram o regime de urgência

tar menciona a incitação à violência física, crimes de injúria que ataquem a dignidade da mulher, além de ameaças e perseguições (*stalking*).

Curiosamente, no mesmo período que o Parlamento debate a criminalização da misoginia, o influenciador Paulo Figueiredo, neto do ditador João Baptista Figueiredo, fez uma *live* de quase duas horas para atacar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que há poucos dias expôs divergências políticas com os enteados Flávio, Eduardo e Carlos Bolsonaro. Na ocasião, aproveitou para atacar as mulheres como um todo, ao afirmar que “mulher vota estatisticamente muito mal. Principalmente, as solteiras. Mulheres casadas, em geral, tendem a acompanhar o voto do marido”. Depois da repercussão negativa, ele voltou às redes sociais para reafirmar o que havia dito, com ainda mais agressividade.

Amaral usa o episódio para explicar que esse tipo de conduta não será criminalizado, caso a proposta seja aprovada. “Acho ridículo alguém dizer que mulher não deveria votar, ou que vota mal. Mas isso não é crime. Agora, se fizer qualquer coisa para impedir uma mulher de votar, aí não tem escapatória. Não se pode tolar um direito constitucional”, afirma.

A principal mudança com relação ao texto do Senado é a punição para os crimes digitais. Um estudo do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, demonstrou que, de 2022 a 2024, a produção de vídeos da “machosfera”, como são chamadas as comunidades masculinistas que disseminam ódio contra as mulheres, aumentou 88% no YouTube. Foram identificados 137 canais de conteúdo misógino, dos quais 80% utilizam estratégias de monetização com anúncios, doações e venda de produtos.

A disseminação desses conteúdos “masculinistas” está relacionada ao au-



mento da violência contra as mulheres, acredita a atriz Rachel Ripani, cofundadora do Levante Mulheres Vivas. “O discurso de ódio digital leva meninos e homens a acreditarem que as mulheres merecem violência, que não são cidadãs como eles”, alerta. Para a ativista, criminalizar a misoginia pode “ajudar a parar o funil de ódio digital monetizado”.

Entre as condutas consideradas criminosas na nova lei, cujas penas serão aumentadas, estão ataques coordenados por motivação de gênero, o uso de *deepfakes* pornográficas para humilhação e a obtenção de lucro com conteúdos misóginos. Segundo Amaral, “está muito claro que o ódio às mulheres é uma forma que muitos influenciadores encontraram de atrair atenção e vender cursos e outros produtos. Isso é ainda mais grave”.

Alice Bianchini, presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas, observa que a crimi-

Machosfera. Enquanto o Legislativo discutia a equiparação da misoginia ao crime de racismo, Figueiredo fez *live* para dizer que as mulheres não sabem votar



nalização da misoginia preenche uma lacuna penal que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio ainda não contemplavam, o que também tem caráter educativo. “É importante constar na legislação que determinadas condutas não podem ser toleradas.”

A especialista recorda a tragédia ocorrida no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet/RJ), em novembro passado, quando o servidor João Antônio Miranda entrou armado em seu local de trabalho e assassinou a tiros duas colegas, a diretora Allane Pedrotti e a psicóloga Laíse Pinheiro, antes de tirar a própria vida. “Ele não aceitava ser chefiado por uma mulher”, observa. “Se já tivéssemos uma lei para coibir esse tipo de conduta, essas duas profissionais poderiam ter obtido medidas protetivas de urgência e, quem sabe, essa tragédia poderia ter sido evitada.”

A sociedade brasileira, pontua Bianchini, ainda precisa percorrer um longo caminho para a equidade de gênero. A perita destaca uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), segundo a qual 85% dos brasileiros têm algum tipo de preconceito contra as mulheres. Diante desse cenário, “a lei de misoginia pode ser um ponto de partida para construirmos uma sociedade sem machismos”.

Já a cientista política Irina Frare Cezar, diretora de *advocacy* do Levante Mulheres Vivas, acrescenta que o projeto de criminalização da misoginia também protege os “direitos difusos” das brasileiras. “Hoje há um vazio: quando você fala das mulheres como um coletivo, um ataque de gênero contra um grupo não é passível de punição.” Para ela, o maior ganho será interromper o ciclo de violência nas redes sociais, porque as plataformas serão instadas a agir contra influenciadores que lucram com o machismo. •

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*



A amarelinha saiu do armário

► Nove em cada dez brasileiros pretendem vestir a camisa da Seleção na Copa. À direita e à esquerda, a disposição é a mesma

Sandra é costureira em Aracaju. Em 2022, ela dobrou a camisa da Seleção Brasileira do filho mais novo e guardou no fundo do armário, embaixo de um lençol. Não foi decisão pensada. Foi reflexo. A amarelinha, que por décadas era só o uniforme da Copa do Mundo, havia virado outra coisa. Um sinal, uma bandeira, um risco de confusão na padaria. Preferiu não arriscar. Em 2026, três semanas antes do Mundial, ela tirou a camisa do armário, lavou e pendurou no varal. O filho vai usar. O marido vai usar. Ela mesma talvez vista. E nada disso é declaração política. É só a Copa de novo.

Essa pequena cena doméstica, quase invisível, é exatamente o que uma pesquisa nacional do Instituto Locomotiva, em parceria com a QuestionPro, acaba de revelar: 62% dos entrevistados, o equivalente a 102 milhões de brasileiros, concordam que têm orgulho de vestir a camisa da Seleção. Entre os eleitores de direita, esse índice chega a 68%. Entre os de esquerda, a 65%. Quando a pergunta é se pretendem usar a camisa nos jogos do Brasil, 93% dos eleitores de esquerda dizem que sim. À

direita, 92%. Praticamente idênticos. A camisa amarela está fazendo o caminho de volta para casa.

Essa volta diz uma coisa que a leitura cotidiana da política brasileira tende a esconder: existe um Brasil emocional mais resistente do que a polarização sugere. Sete em cada dez brasileiros concordam que a Copa aproxima familiares, amigos e colegas que pensam diferente. São 118 milhões de eleitores. E os números das duas margens políticas quase se sobrepõem de novo: 75% à esquerda, 74% à direita. Num país onde quase todo dado de opinião pública vem rachado ao meio, esse equilíbrio é uma anomalia que precisa ser olhada de perto.

Não se trata de fingir que a polarização acabou. A própria pesquisa mostra que 61% dos brasileiros reconhecem que a divisão política também aparece na forma como as pessoas vivem a Copa. O torcedor sabe que a briga existe. Ele convive com ela no grupo de família, no almoço de domingo, no comentário atravessado sobre Neymar. Mas também sabe, e a pesquisa demonstra, que existe um chão comum embaixo da briga. Um chão feito de memória afetiva, ritual coletivo e pertencimento. Esse chão não some quando a política fica feia. Ele continua ali, embaixo do barulho, esperando o jogo começar.

A Copa é esse motivo. Pensa no Seu Antônio, motorista de aplicativo em Fortaleza, que parou de almoçar com o cunhado em 2022. Os dois brigaram, cortaram contato, viraram dois estranhos dentro da mesma família. Em ju-

nho, eles vão assistir ao primeiro jogo do Brasil na casa da sogra. Nenhum dos dois mudou de opinião. Aconteceu que a Seleção entrou em campo e ofereceu a eles um terceiro elemento, um símbolo que não pertence a nenhum dos dois lados e por isso cabe nos dois. Por 90 minutos, o que une é maior do que o que separa. Num país que um dia perdeu a capacidade de almoçar com quem pensa diferente, isso não é um detalhe.

O que a nossa pesquisa sugere é que o brasileiro não desistiu do Brasil. Ele está cansado da briga, exausto da trincheira, mas continua procurando lugares para reencontrar o outro. A camisa amarela, lavada e pendurada no varal da Sandra, é um desses lugares. A casa cheia para ver o jogo e a comemoração do gol que faz com que todos se abracem, também. São pequenos territórios de reconciliação que a política institucional não foi capaz de criar, mas que a sociedade insiste em produzir por conta própria.

Se milhões de eleitores conseguem se reencontrar em torno de uma seleção de futebol, é porque o desejo de país compartilhado continua vivo. Ele só precisa de mais lugares para existir. A Copa termina em julho. O Brasil emocional que ela revela, não. Ele vai estar ali, esperando que alguém, algum projeto, alguma instituição, alguma agenda pública, entenda que sob a polarização visível existe uma reserva afetiva nacional. Essa reserva é, talvez, o que a política brasileira mais subestima hoje.

A camisa da Sandra saiu do armário. O Brasil também pode sair. •

redacao@cartacapital.com.br

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*



TSE de um homem só

► **Nunes Marques concentra poder na análise das representações contra a propaganda irregular na campanha eleitoral**

Em 22 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral publicou uma portaria de poucas linhas que os meios de comunicação quase não notaram. Kassio Nunes Marques preside a Corte e decidiu que ele mesmo, o vice-presidente, André Mendonça, e a ministra Estela Aranha vão julgar, sozinhos, as representações contra a propaganda irregular na campanha presidencial deste ano. Por esse mesmo canal passa boa parte do combate à desinformação numa eleição: boato sobre urna, vídeo manipulado, notícia falsa contra candidatos chegam ao TSE, geralmente, como representação por propaganda irregular. Não há nada de secreto nisso, e é por isso que revela mais do que qualquer escândalo. Mudanças que não precisam se esconder dizem mais sobre como o poder se distribui numa instituição do que aquelas que viram manchete.

A Lei das Eleições obriga o tribunal a designar três “juízes auxiliares” para analisar reclamações sobre propaganda, função pensada como filtro técnico, deliberadamente afastado da cúpula do tribunal. Por costume, essa tarefa cabe a ministros substitutos, gente que julga, mas não acumula a presidência da Corte, a relatoria das resoluções eleitorais e o controle da pauta. A lógica, nunca dita

em voz alta, sempre foi manter o julgamento da propaganda longe do centro decisório do tribunal. Nunes Marques rompeu esse costume. Trocou os substitutos por si mesmo e pelos outros dois titulares, usando exatamente o mesmo dispositivo que sempre autorizou a nomeação de substitutos, só que agora para nomear a própria cúpula. É mudança de função sem mudança de forma. A regra continua intacta, mas passa a servir a um propósito quase oposto àquele que a sustentava.

Na disputa de 2022, Alexandre de Moraes reforçou o time de substitutos herdado do antecessor com a entrada de Cármen Lúcia. Era a primeira vez que uma ministra titular integrava o colegiado, um gesto discreto, quase um sintoma. Na presidência, Moraes foi bem mais longe. Ampliou a remoção de conteúdo desinformativo de ofício e criou uma estrutura permanente de combate à desinformação. Cármen Lúcia, depois, desmontou parte desse aparato. Nunes Marques não está construindo nem desmontando uma máquina regulatória, está reolocando o próprio julgamento nas mãos do centro de poder do tribunal.

A manobra só foi possível porque o TSE não tem corpo de ministros permanente. A cada biênio é ocupado por gente emprestada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que traz a própria assessoria. É uma instituição permanentemente recém-capturada. Alguém novo assume o comando de uma máquina regulatória poderosa e tem poucos meses para moldá-la à própria imagem antes de entregá-la ao sucessor.

Se, no STF, o poder individual se dilui entre 11 ministros e é contido por mais

de um século de convenções internas, no TSE o poder de decidir quem julga, o que é julgado e sob qual critério fica concentrado no ministro mais antigo entre os três do STF na Corte, que assume a presidência por antiguidade, não por disputa política. E poder que se recebe sem negociação prévia tende a ser exercido sem a mesma prestação de contas.

O problema tem dois tempos. No imediato, é questão de legitimidade: quando quem decide o que conta como propaganda irregular – e, na prática, o que conta como desinformação – é o mesmo que preside o tribunal, comanda a pauta e relata as resoluções eleitorais, pouco importa se cada julgamento for impecável. A proximidade basta para questionar a legitimidade da atuação do TSE, sobretudo se algum caso sensível, envolvendo um dos favoritos à Presidência, acabar nas mãos desse colegiado. No longo prazo, o problema é o hábito, o risco de esse padrão se repetir de presidência em presidência e virar rotina de gestão, em uma Corte cuja arquitetura decisória se refaz por portaria, não por deliberação, a cada biênio, conforme o gosto de quem chegou primeiro.

A judicialização das eleições é um tema conhecido. O que a portaria de 22 de maio sugere é uma camada nova, ainda pouco discutida. Não é só o Judiciário a decidir mais sobre eleições, mas a decisão sobre quem decide isso concentrada num presidente de mandato curto e poder quase sem freio interno para remodelar a instituição enquanto dura. Se virar padrão, deixaremos de falar em judicialização das eleições. Passaremos a falar de presidencialismo eleitoral. Imperial, ainda que bienal. •

redacao@cartacapital.com.br

Gentrificação em marcha

URBANISMO Concessão de área histórica do Recife à iniciativa privada alimenta debate sobre especulação imobiliária

POR FABIOLA MENDONÇA

Cenário de filmes consagrados do cineasta Kleber Mendonça Filho, como *O Agente Secreto* e *Retratos Fantasmas*, uma das áreas históricas mais emblemáticas do centro do Recife será entregue à iniciativa privada. Trata-se do projeto Distrito Guararapes, parceria público-privada que prevê a concessão, por 30 anos, de mais de 14 hectares que abrangem avenidas, ruas e praças, incluindo prédios centenários e uma área significativa do Rio Capibaribe, principal cartão-postal da capital pernambucana.

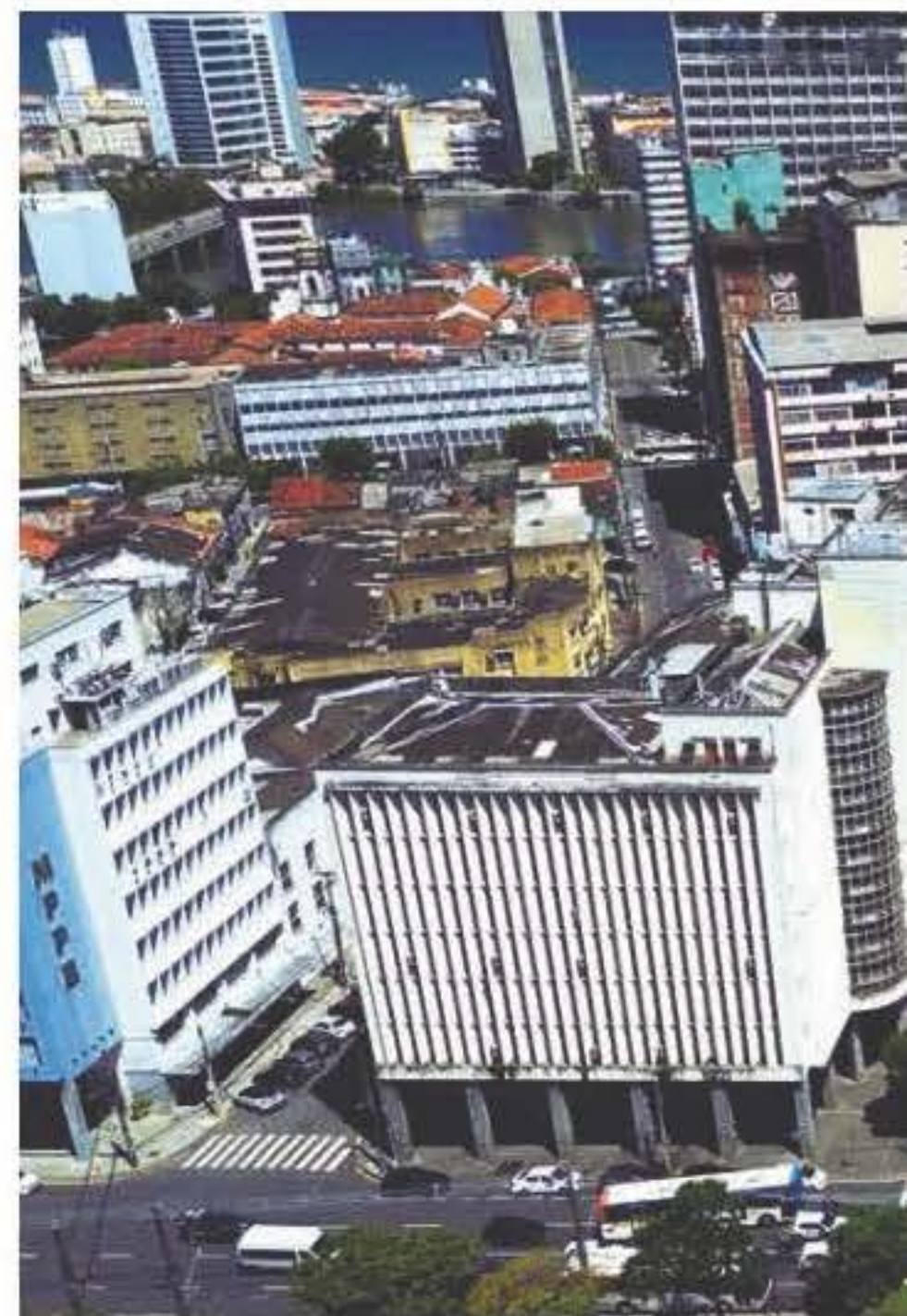
A promessa é revitalizar a Avenida Guararapes e seu entorno, no bairro de Santo Antônio, região que enfrenta um processo de degradação e esvaziamento desde o início dos anos 2000. Com investimento de 300 milhões de reais do BNDES, o projeto é tratado com entusiasmo pela prefeitura do Recife, que aposta na reocupação do centro. A iniciativa tem sido, contudo, alvo de duras críticas de pesquisadores, urbanistas e movimentos sociais, a temer que a intervenção comprometa a identidade arquitetônica e o patrimônio histórico da região, além de aprofundar o processo de gentrificação.

Serão “requalificadas” mais de 35 quadras do bairro, com a recuperação de edi-

fícios e vias públicas, instalação de novos quiosques para o comércio de rua, além da adaptação de imóveis para uso residencial. Um dos principais pontos de contestação é o fato de que, dos 14 edifícios que passarão por reformas, 12 serão destinados à moradia, mas sem contemplar habitação voltada à população de baixa renda. Serão ofertadas 873 quitinetes de 35 metros quadrados, com valor estimado em 310 mil reais cada uma, destinados às faixas 3 e 4 do programa Minha Casa, Minha Vida, voltadas a famílias com renda mensal entre 5 mil e 13 mil reais. Exclui justamente a população de menor renda, que hoje vive ou trabalha no centro da cidade.

A preocupação é que as novas moradias sirvam à especulação imobiliária e à oferta de aluguel por temporada, como vem acontecendo em grandes centros urbanos mundo afora, a exemplo de Madri,

O projeto favorece a multiplicação de imóveis de aluguel por temporada, alertam especialistas



Paris e São Paulo. Os outros dois prédios restaurados serão destinados a comércio e edifício-garagem.

“O projeto transfere ao setor privado funções de planejamento e gestão territorial de um relevante fragmento do patrimônio histórico do centro da cidade. Isso pode criar uma ilha de excepcionalidade, possibilitando que a área seja acessada, de forma confortável, apenas por novos usuários, de privilegiada condição econômica”, observa a pesquisadora Iana Ludermit Bernardino, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. A arquiteta Norma Lacerda, professora aposentada na mesma universidade, também questiona o modelo proposto. “O Distrito Guararapes vai, sim, recuperar o centro do Recife, mas para quem?”, indaga. “Tudo que for para requalificar o espaço público, estou de acordo. A questão é como se dará isso. A iniciativa privada passará a deter o monopólio da exploração econômica do território, privatizando a gestão de uma área de grande significado cultural para a cidade. Mais uma vez criam-se nichos



para a acumulação de capital”, completa.

Em nota, a prefeitura do Recife informou que a futura concessionária será responsável pelos investimentos, pela elaboração dos projetos executivos, pela execução das intervenções, além da operação, manutenção e gestão dos ativos durante todo o período do contrato. Segundo o município, além dos 300 milhões de reais do BNDES e de quase 500 milhões de reais de recursos próprios, a iniciativa privada deverá investir 329,3 milhões de reais como contrapartida para urbanização da área e em empreendimentos imobiliários, e 348 milhões de reais para a execução dos serviços operacionais, manutenção e demais encargos contratuais. “Como se trata da modelagem submetida à consulta pública, os valores e demais aspectos do projeto poderão ser alterados após a análise das contribuições recebidas. A versão final será publicada com o lançamento da licitação”, informa a administração municipal.

O município acrescenta que as unidades previstas no Distrito Guararapes se enquadram como Habitação de Interesse

Social (HIS) e a população pobre é atendida por outras ações. “A política habitacional inclui projetos complementares, como a PPP Morar no Centro, que amplia as alternativas de acesso à moradia para famílias de menor renda por meio de instrumentos como locação social e outras modalidades habitacionais”, diz a nota.

Para o deputado estadual e ex-prefeito do Recife João Paulo do PT, o aporte público destinado ao projeto seria suficiente para iniciar a recuperação da área sem a necessidade de estabelecer uma PPP. “Se o Estado tem 300 milhões de reais para investir no Distrito Guararapes, já seria uma quantia considerável para se começar o projeto, sem precisar da iniciativa privada. Em 30 anos, muita coisa muda em uma cidade, seja do ponto de vista econômico ou histórico. A requalificação desses espaços é fundamental, mas ainda há muitas questões a serem esclarecidas para que os objetivos sejam alcançados, principalmente pensando na população que vive e usufrui do Recife, que constrói a história e a cultura da cidade”, afirma.

Exclusão. As unidades habitacionais serão direcionadas para famílias com renda entre 5 mil e 13 mil reais. A população de menor renda ficou de fora

A vereadora do Recife Jô Cavalcanti, do PSOL, também critica o projeto. “Há muito tempo, o centro do Recife passa por um processo de abandono. Isso é estratégico para justificar a entrega da cidade para empresas, mercantilizando o centro e transformando espaços públicos em privados”, lamenta. A parlamentar, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, acrescenta que apresentou uma emenda para incluir no projeto moradias destinadas à Faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, voltada a famílias com renda mensal de até 3,2 mil reais, mas a proposta foi rejeitada pela Câmara Municipal.

Outro ponto de contestação é a falta de diálogo com a sociedade civil, crítica rebatida pela prefeitura, que diz ter cumprido todas as etapas de participação previstas para esse tipo de iniciativa. Também são alvo de questionamentos os incentivos concedidos à iniciativa privada, que poderão beneficiar não apenas a empresa ou o consórcio responsável pelo Distrito Guararapes, mas vários empreendimentos inseridos em outros projetos de requalificação do centro. A legislação prevê isenção total ou parcial, redução de alíquotas, remissão, anistia e até devolução de tributos e taxas municipais, entre eles IPTU, ITBI e taxas de licenciamento urbano.

“A modelagem não prevê qualquer forma de perdão de dívidas tributárias, remissão de IPTU ou benefícios fiscais específicos para a futura concessionária. Eventuais incentivos incidentes sobre imóveis da área decorrem exclusivamente da legislação municipal aplicável ao centro do Recife e não da estrutura da PPP”, defende-se a prefeitura da capital pernambucana. •

Imunizar a ciência

ENTREVISTA O Brasil não pode dar-se ao luxo de voltar a flertar com o negacionismo, alerta Nísia Trindade

Primera mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz e a comandar o Ministério da Saúde, a sanitarista, professora e pesquisadora Nísia Trindade ganhou destaque nacional durante a pandemia de Covid-19, quando a Fiocruz se tornou um farol de proa contra o obscurantismo científico propagado por Jair Bolsonaro. Após sua passagem pelo governo Lula e às vésperas de sua primeira incursão na política – é pré-candidata a deputada federal pelo PT no Rio de Janeiro –, ela percorre capitais para lançar o livro *Ainda Há Tempo* (Civilização Brasileira), no qual relembra os momentos mais marcantes do enfrentamento ao Coronavírus e ao negacionismo. Confira os principais trechos da entrevista concedida ao repórter **Maurício Thuswohl**. A íntegra, em vídeo, está disponível no canal de *CartaCapital* no YouTube.

CartaCapital: Quão árdua foi a batalha para incorporar ao SUS a vacina produzida pela Fiocruz?

Nísia Trindade: Houve uma atitude firme da Fiocruz de utilizar o novo Marco Legal para a Ciência, Tecnologia e Inovação, que permite a compra pública de um produto inovador em desenvolvimento antes de ter sido aprovado pela Anvisa. Isso é de interesse da sociedade, mas é uma decisão que, no caso da gestão pú-

blica, requer ousadia porque os controles são rigorosos. Em abril de 2020, ocorreu minha primeira reunião com o Ministério da Saúde para apresentar a proposta de incorporação da vacina da Universidade de Oxford, à época considerada uma das mais promissoras, porque os britânicos pesquisavam há mais de 20 anos outros tipos de Coronavírus. Apontamos a viabilidade de produzir esse imunizante em Bio-Manguinhos, unidade da Fiocruz responsável pelo desenvolvimento de vacinas, a partir da transferência de tecnologia. Isso foi possível graças a investimentos feitos no Complexo Econômico-Industrial da Saúde nos governos Lula e Dilma Rousseff, o que fortaleceu a capacidade de produção nacional. Isto é muito evidente tanto na Fiocruz quanto no Butantan.

CC: Havia ainda a questão do custo...

NT: Sim, o ponto era chegar mais rápido e com preço acessível, porque se acreditava que essa vacina seria a primeira. Ela

foi a segunda, digamos assim, mas eu e toda a equipe da Fiocruz nunca apostamos na corrida, mas em uma solução sustentável que beneficiasse a sociedade. O preço foi um fator importante, porque Oxford licenciou para a AstraZeneca dentro da linha do que a Organização Mundial da Saúde preconizava, de vacina como bem público. Então, era o imunizante de menor custo para aquisição pelo Estado brasileiro e posterior transferência de tecnologia. Esses foram os critérios que apresentei nessa primeira reunião no Ministério da Saúde. Foram quatro ministros durante a pandemia, um sinalizador do grande risco que nós, como sociedade, corríamos num momento que exigia uma coordenação forte. O Ministério da Saúde foi muito fragilizado pelo negacionismo científico e pela política do governo.

CC: Qual aprendizado a senhora tirou desse “embate contra as trevas”?

NT: O aprendizado da importância de ter um sistema universal de saúde como o SUS, ainda que ele não tenha sido aproveitado plenamente, seja pelo subfinanciamento, um problema histórico, seja pela ausência de uma coordenação nacional durante a pandemia. Outra questão sensível é não termos trabalhado com a comunidade científica. Eu não falo de uma instituição em particular, mas até mesmo da formação de um conselho nacional. Muitos estados fizeram isso, envolvendo epidemiologistas, que estudam a doença como fenômeno coletivo, além de médicos, biólogos, sociólogos e economistas. A experiência do Brasil foi dramática. Em março de 2022, o País concentrava 11% das mortes por Covid-19, embora representasse apenas 3% da população mundial.

CC: Em condições tão adversas, a conquista da vacina foi um grande feito.

NT: O Programa Nacional de Imunizações ficou muito fragilizado, mas, mesmo com todo o negacionismo, à medida que iniciamos as aplicações e ampliamos

“A experiência do Brasil foi dramática. Com 3% da população mundial, o País concentrou 11% das mortes por Covid-19”



No livro *Ainda há tempo*, a ex-ministra relembra a angustiante batalha para conter a pandemia

a oferta de doses, a população compareceu às Unidades Básicas de Saúde para se vacinar. Ao mesmo tempo, não houve uma política unificada, uma voz de autoridade maior do governo federal, para dar confiança aos brasileiros e lidar com as várias dimensões da proteção social. A vacina era central, mas também o uso de máscaras, o isolamento social e demais orientações científicas colocadas naquele momento. O auxílio emergencial aprovado no Congresso foi importante para reduzir esse impacto, mas a população nos territórios mais vulneráveis foi a que mais sofreu nessas condições. Não podemos permitir que se repitam situações como essa.

CC: Como foi enfrentar, no governo, o desmonte promovido por Bolsonaro?

NT: Tivemos de recuperar todos os programas, sem exceção. Alguns já estabelecidos, outros em consolidação, e outros com uma história de 20 anos, como é o caso do Samu, tão bem avaliado pela população, que não tinha renovação de frota e

ainda não havia sido nacionalizado. Hoje o Samu é, de fato, uma realidade nacional, graças a esse esforço de reconstrução. A Farmácia Popular se tornou 100% gratuita e garante medicamentos para o tratamento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e asma. Pós-Bolsonaro, nossa cobertura vacinal estava entre as 20 piores do mundo. Logo o Brasil, que sempre foi referência na área e contribuiu fortemente para a erradicação da varíola e da poliomielite. O sarampo tinha voltado, mas depois conseguimos controlar novamente. Durante a pandemia, quando precisávamos de vacina, o governo anterior falava de tratamento precoce com hidroxicloroquina, medicamento comprovadamente ineficaz. E, com a minha chegada ao Ministério da Saúde, junto a toda a equipe do presidente Lula, posso dizer que a ciência voltou e que o SUS foi fortalecido.

CC: Os recentes casos de Ebola e de Mpox acenderam outro alerta no mundo. O Brasil está preparado

para enfrentar uma nova pandemia?

NT: Desde 2023, houve muitas conquistas, mas precisamos avançar mais. Para isso, é fundamental a priorização orçamentária. Aumentamos a capacidade de vigilância. Todos os nossos laboratórios nos estados foram fortalecidos, bem como a Fiocruz e o Butantan. É muito importante que tenhamos autonomia para vacinas e medicamentos no enfrentamento de pandemias, além de vigilância e capacidade de previsão. O Brasil precisa avançar em uma legislação que dê ao Estado velocidade para lidar com situações de pandemia. Existem projetos no Congresso e outras iniciativas vindas do Executivo. É preciso avançar na construção de um laboratório de alta segurança, com capacidade de atuar em relação a vírus de alto risco para a saúde, além de fortalecer o SUS e a proteção social. Não podemos esquecer que a pandemia atinge de forma desigual as regiões do País. Vivemos isso de forma muito dura com a Covid. •



A desculpa da ignorância

AMERICANAS A operação da Polícia Federal tenta revelar até que ponto os controladores sabiam da fraude bilionária

POR ALLAN RAVAGNANI

Em 2021, Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles reduziram sua participação nas Lojas Americanas de 53,3% para 29,2% e se afastaram formalmente do comando da varejista pouco antes de o maior escândalo

contábil do Brasil estourar, em 11 de janeiro de 2023. Pouco mais de um ano depois, enquanto a Justiça ainda apurava quem sabia do esquema, o mesmo trio recuperou, porém, mais de 50% do capital votante da companhia, por meio de um mecanismo de conversão de bônus de

subscrição previsto desde o início no próprio plano de recuperação judicial.

O controle voltou antes de a responsabilidade ser estabelecida e essa inversão de ordem, entre reconquistar o comando e responder pelo que se fez com ele antes, ganhou um capítulo penal na quinta-feira 25, quando a Polícia Federal cumpriu nove mandados de busca e apreensão contra o núcleo histórico de poder. Entre os alvos estavam Beto Sicupira e Paulo Alberto Lemann, filho de Jorge Paulo, ambos ligados ao grupo de investidores 3G Capital que historicamente controla a varejista, e que viram a Justiça determinar o sequestro de bens até o limite de 54 bilhões de reais, valor praticamente o dobro do rombo de 25,3 bilhões declarado pela própria empresa em 2023. A operação alcançou ainda executivos de Itaú, Bradesco e Santander, ligados às operações financeiras do esquema, e chegou a Sérgio Rial, o executivo que revelou ao mercado, ainda naquele janeiro de 2023, as inconsistências contábeis que deram início ao processo.

O retorno do trio ao comando não decorreu de um movimento clandestino, mas de uma cláusula negociada com credores e cumprida pelas regras de um acordo que, paradoxalmente, tentava salvar a companhia justamente da fraude que ela própria havia sustentado por anos. É esse caráter formalmente regular que os advogados de defesa costumam usar como argumento de boa-fé institucional, e que ao mesmo tempo revela o limite do desenho jurídico brasileiro diante de situações como essa, na qual a lei trata recuperação judicial e responsabilização por fraude pretérita como questões separadas, talvez por razão técnica, embora com um efeito prático perturbador, o de permitir que o mesmo grupo sob investigação retome o controle da empresa antes mesmo de a Justiça decidir se ele participou do problema que motivou a recuperação.

Especialistas consultados por esta reportagem confirmam a separação técnica, apesar de divergirem a respeito de seu alcance prático. Para Laura Nogarolli, do Tahech Advogados, a execução de uma etapa estrutural do plano de recuperação, homologada pela Justiça e negociada amplamente com a assembleia de credores, demonstra boa-fé institucional e afasta qualquer tese de ilicitude na retomada do controle. Já o sócio do NHM Advogados Thiago Maroli reconhece que a Lei das Sociedades por Ações não impõe ao controlador um dever genérico de supervisão contábil, mas ressalva que a responsabilização muda de patamar quando há conhecimento específico de irregularidades combinado ao exercício ativo do poder de controle para tolerá-las ou perpetuá-las.

A diferença entre essas duas posições é exatamente o que a Polícia Federal tenta provar agora, e

Beto Sicupira e o filho de Jorge Paulo Lemann **estavam entre os alvos**

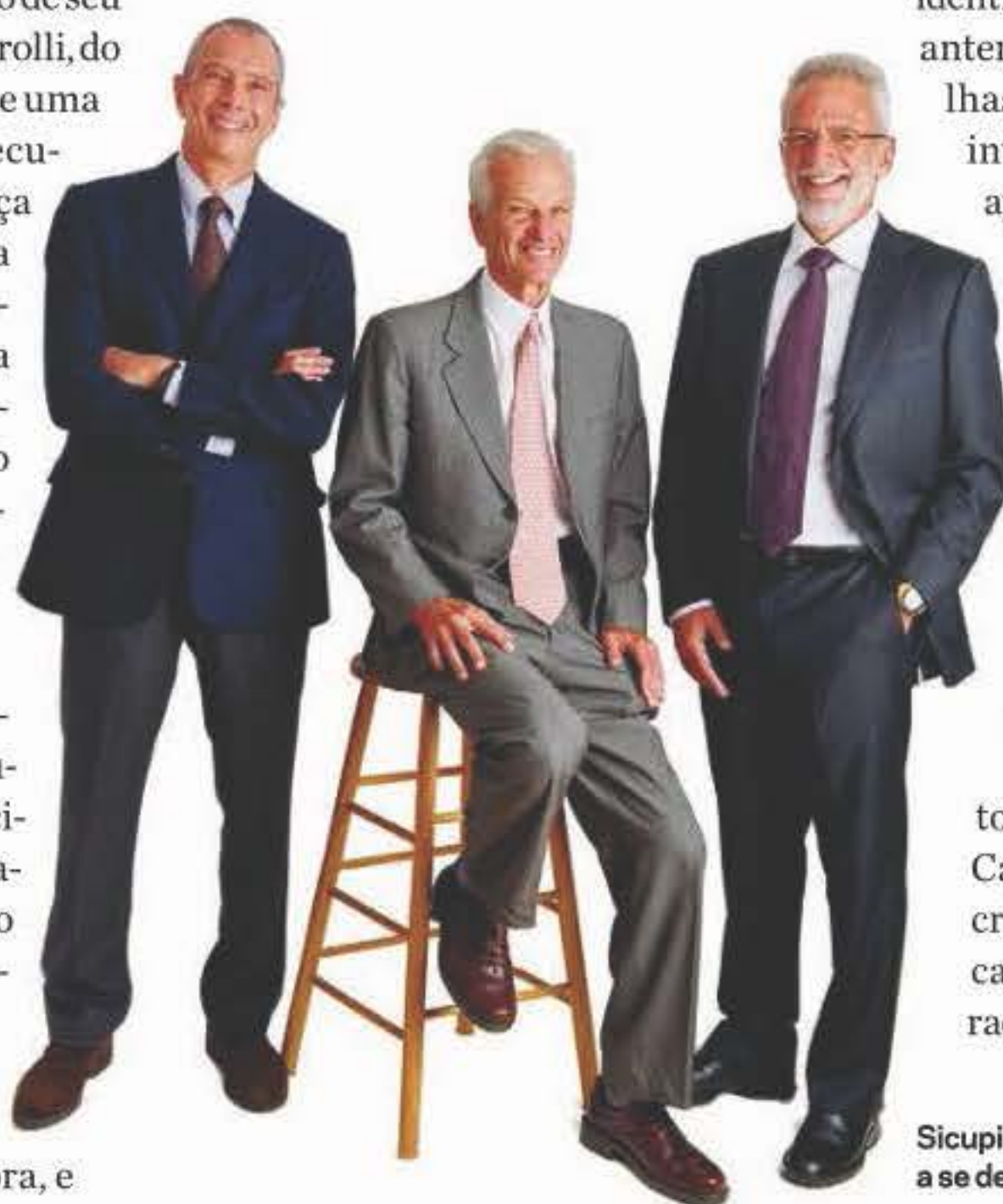
mesmo se conseguir dificilmente o controle societário recuperado em 2024 deixará de estar onde está. O sócio do Fonseca Brasil Serrão Advogados Brahim Bitar é direto ao afirmar que reverter esse controle é juridicamente improvável, pois a recuperação judicial produziu efeitos sobre múltiplos centros de interesse que uma decisão penal posterior dificilmente desfaria, restando, segundo ele, a via da responsabilização patrimonial, não a reversão do poder em si.

A nota divulgada pelos chamados acionistas de referência, expressão que a pró-

pria Lei das S.A. reserva para quem influencia a administração sem necessariamente ostentar a maioria do capital votante, afirmou que o trio foi surpreendido pela operação e que o Conselho de Administração teria sido induzido a erro pela antiga diretoria. A escolha lexical não parece acidental. Evitar a palavra controlador é evitar também a carga jurídica de deveres fiduciários de supervisão que o termo carrega na legislação societária brasileira, posicionando o trio como vítima de um esquema que ocorreu dentro da própria estrutura de poder que ele construiu, a qual voltou a comandar menos de um ano depois.

A contradição sustenta a leitura do Instituto Empresa, entidade que representa cerca de 500 investidores minoritários em arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado. Segundo João Carlos Areosa, porta-voz da entidade no caso, a B3 havia identificado, em processo de *enforcement* anterior à própria operação policial, falhas de diligência em conselheiros e integrantes do Comitê de Auditoria, aplicando multas que chegaram a 395 mil reais por conselheiro. O precedente regulatório importa por deslocar o centro do debate, que deixa de ser apenas sobre quem assinou os lançamentos fraudulentos e passa a englobar a omissão de quem tinha dever fiduciário de fiscalizar e, de acordo com o rumo tomado pela investigação, optou por não fiscalizar.

Na esfera penal, o deslocamento tem nome técnico. A criminalista Camila Motta Luiz de Souza, do escritório Motta Luiz Advocacia, explica que a doutrina da cegueira deliberada, aplicada pelo Superior Tribunal



Sicupira, Lemann e Telles continuam a se declarar enganados pelos gestores

de Justiça em crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, equipara a ignorância escolhida ao dolo eventual, o que torna desnecessário provar o conhecimento do conselheiro. Basta demonstrar, de forma sistemática, a escolha por não saber. A segunda fase da Operação Disclosure tenta desvendar essa diferença sutil.

Há uma assimetria criada pela própria companhia que poucos notaram até agora. A Americanas moveu arbitragem contra o ex-CEO e outros três executivos em março de 2025, mas nunca processou os controladores integrantes do conselho no momento da fraude, os mesmos que hoje comandam, na prática, a escolha de quem a empresa decide responsabilizar. Para Areosa, a seletividade reflete um conflito de interesse estrutural típico de companhias de controle concentrado, nas quais os próprios investigados mantêm influência decisiva sobre a administração que deveria fiscalizá-los de forma independente. O precedente jurídico para esse tipo de responsabilização sem cargo executivo formal existe e não é recente. A advogada Brenda Ferregutti, da Guarnera Advogados, cita os casos dos bancos Nacional, Panamericano e Noroeste, nos quais controladores foram condenados, civil ou criminalmente, quando ficou provado coman-

Um ano depois de terem reduzido a participação acionária, os antigos acionistas majoritários recuperaram o controle

do efetivo, com benefício direto ou adesão consciente ao esquema fraudulento, ainda que nenhum deles ocupasse cargo executivo formal na companhia. A pergunta que resta para o caso Americanas é semelhante àquela que definiu esses precedentes, a de saber se houve apenas posição societária ou se houve, além dela, ingerência e proveito direto sobre o mecanismo que sustentou a fraude por anos.

Restam ainda dúvidas sobre a participação de executivos de Itaú, Bradesco e Santander. A advogada Daniela Poli Vlavianos, do Poli, Porto & Andreghetto Advogados, lembra que o risco sacado é instrumento lícito e amplamente utilizado no varejo brasileiro, e que responsabilizar uma instituição financeira exige provar que seus executivos sabiam que a estrutura ocultava a real natureza das

obrigações, não apenas que o banco lucrou com uma operação de crédito formalmente regular. É um sarrafo mais elevado para os investigadores da Polícia Federal.

Falta, na engrenagem, explicar os motivos de os mecanismos internos de controle não terem detectado a fraude antes de ela atingir escala bilionária. O diretor-geral do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, Paulo Gomes, afirma que a auditoria oferece segurança razoável, nunca absoluta, e que a detecção se torna significativamente mais complexa quando existe ocultação deliberada ou conluio entre indivíduos da estrutura corporativa. É uma resposta tecnicamente correta que, na prática, deixa em aberto justamente a pergunta que a PF tenta responder agora, a de quem, na companhia, escolheu não ver o que os números indicavam.

A Americanas reduziu seu quadro de 43,1 mil para cerca de 24 mil funcionários e sua rede de 1.880 para 1.452 lojas, além de promover um aumento de capital de 24 bilhões de reais. Está perto de encerrar formalmente a recuperação judicial em 2026. São números que mostram uma empresa reorganizada do ponto de vista financeiro, mas que não respondem à pergunta sobre quem decidiu manter o esquema em funcionamento, enquanto os juros subiam e o financiamento via risco sacado se tornava, ano após ano, cada vez mais necessário para sustentar a operação.

A operação policial não responde, por ora, a esta pergunta, mas formaliza, pela primeira vez em sede penal, a hipótese de o conhecimento da fraude não se limitar à diretoria que assinava os balanços fraudados. Enquanto a Justiça apura essa fronteira, entre saber e não querer saber, o grupo que a fraude deveria ter mantido afastado do comando domina novamente a companhia que quase destruiu.

A reportagem de *CartaCapital* contou a assessoria de imprensa de Sicupira e Lemann, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição. ■



A Operação Disclosure cumpriu, na quinta-feira 25, nove mandados de busca e apreensão



Inteligência Artificial: uma bolha?

► Ela é hoje a única determinação da hierarquia dos retornos globais e é difícil lembrar de uma época em que os mercados estivessem tão obcecados pela mesma narrativa

Em sua coluna no *Financial Times*, o presidente do Instituto Rockefeller, Ruchir Sharma, fala de uma nova ordem mundial baseada em IA: “Um único fator agora determina a hierarquia dos retornos globais. É difícil lembrar de uma época em que os mercados globais estivessem tão obcecados por uma única narrativa”.

Navisão de Sharma, a esplendorosa bolha da IA é tão poderosa e disseminada que está suplantando todos os demais fatores que determinam as taxas de retorno das empresas. Ele assegura que, em sua caminhada tecnológica e financeira, a Inteligência Artificial está moldando uma nova ordem. “O desempenho relativo dos principais mercados de ações mundiais no último ano pode ser explicado por sua exposição à IA. Países com forte presença no conjunto de indústrias que desenvolvem infraestrutura e serviços de IA estão apresentando um desempenho muito superior, enquanto aqueles sem essa presença estão ficando para trás por margens recorde.”

Karl Marx estudou as “manias” que afetaram o desempenho das economias do século XIX: “O mundo já padeceu uma sucessão de manias: especulação com o preço do trigo, manias com ferrovias, minérios e teares de algodão. A especulação de hoje não se restringe a um setor ou a uma mercadoria específica. Esta-

mos diante de um fenômeno novo, “especular com a especulação”.

Vamos seguir Charles Kindleberger em seu admirado livro *Manias, Crashes and Panics*: “A palavra ‘mania’ sugere uma perda de conexão com a racionalidade, talvez uma histeria coletiva. A perda de conexão com a racionalidade reflete o fato de que investidores, credores, tomadores de empréstimos, bancos e reguladores financeiros não reconhecem que um *crash* é sempre o resultado final de uma mania. A história econômica está repleta de manias que envolveram a construção de canais, ferrovias, casas e propriedades comerciais, e os preços das ações”.

As crises financeiras do capitalismo, desde a sua versão mercantil dos séculos XVII e XVIII até os terremotos do Terceiro Milênio, sempre envolveram o crédito fácil e a explosão de preços de um ativo – real ou financeiro – escolhido como sedutor dos cobiçosos e servidor do enriquecimento ilimitado. É necessário esclarecer que, na economia monetária-financeira capitalista, todos os ativos são avaliados pelo mesmo critério. A euforia da valorização dos ativos gera desequilíbrios perigosos nos balanços de empresas ditas “produtivas”, bancos, governos e famílias.

O filósofo-especulador George Soros, em depoimento ao Congresso norte-americano, desautorizou as teorias que tratam de analisar os mercados financeiros partindo dos pressupostos da “eficiência”, ou seja, do comportamento racional dos investidores que avaliam a formação de preços dos ativos a partir dos “fundamentos”. Soros sustenta que “percepções equivocadas podem levar à formação de bolhas... e tais movimentos reforçam as tendências prevaletentes até que a distância entre a realidade e a percepção da realidade

de pelo mercado se torna insustentável”.

No livro já mencionado, Charles Kindleberger faz uma autópsia dos processos maníacos que, inevitavelmente, terminam no colapso de preços e nas crises de crédito. Assim foi em Amsterdã, no episódio da Tulipomania, um antepassado modesto dos grandes *crashes* dos séculos XX e XXI. Entre 1634 e 1637, os investidores holandeses, muitos de classe média, especularam furiosamente com a possibilidade de negociar, a preços cada vez mais elevados, os bulbos de tulipa, que, ademais, tinham a vantagem de exigir muito pouco, ou até nada, para a sua reprodução. Na base das expectativas exacerbadas a respeito da evolução do preço das tulipas estavam o Banco de Amsterdã e sua capacidade de estender o crédito e suportar o avanço da especulação.

Na história das finanças, é comum a imagem de investidores inconformados com os resultados da própria cupidez. Desde a Tulipomania de 1634, passando pelas crises cada vez mais frequentes do século XVIII (como a Bolha dos Mares do Sul, em 1720), e, chegando aos desastres financeiros dos séculos XX e XXI, o que mais impressiona o observador é a semelhança entre episódios tão diferentes.

Primeiro é a fantasia do enriquecimento rápido, sem causa, milagroso, fruto de alguma esperteza inata ou habilidade singular; segundo, a formação de um consenso sobre o ineditismo das circunstâncias que parecem justificar a valorização rápida dos papéis; terceiro, o envolvimento dos bancos na especulação, fornecendo crédito abundante para alimentar a euforia; quarto, o avanço do endividamento dos investidores, disfarçado pelos valores cada vez mais inflados da riqueza financeira ou imobiliária; quinto, a “correção de preços”, decepção e quebradeira. •

redacao@cartacapital.com.br

Sem futuro?

IDEIAS Se não repensarmos a estratégia nacional, muitas gerações morrerão sem viver o sonho de um Brasil desenvolvido

POR FELIPE AUGUSTO MACHADO*

No fim dos anos 1980, um chinês próximo dos 50 anos chamado Chen Yizi acompanhou uma delegação do seu país em visita oficial ao Brasil. Ele era uma pessoa influente e respeitada na China. Assessor especial do primeiro-ministro e do secretário-geral do Partido Comunista, foi protagonista nas reformas econômicas de Deng Xiaoping naquela década.

Em 2013, em exílio após demitir-se em protesto pelo Massacre da Praça da Paz Celestial, Yizi escreveu um livro de memórias, no qual contou detalhes daquela visita ao Brasil. Segundo ele, a delegação chinesa ficou fascinada com a capital modernista Brasília, as rodovias, os prédios estilizados, as fábricas, as moradias de vanguarda, os carros compactos para as massas. Especulou que o Brasil deveria ter, naquele momento, uma renda *per capita* dez vezes superior à da China. Não era para tanto, mas a reação é reveladora.

Em 2019, passados apenas cinco anos de sua morte, sua terra natal superou o país que o havia deixado fascinado três décadas atrás. Era questão de tempo. Desde 1990, a renda *per capita* brasileira cresceu 1,3% ao ano, em média, enquanto a da China, que aprendeu uma coisa ou outra com o Brasil, avançou 8,1%. Não só isso: o fosso brasileiro em relação ao mundo desenvolvido se alargou. As na-

ções consideradas de alta renda cresceram 1,5% ao ano. Tínhamos 36% da renda deles. Agora, temos 34%.

Mantida a tendência, o “país do futuro” não apenas se tornará um sonho cada vez mais distante, como também perdemos a esperança nele. Mas em que magnitude deveríamos repensar a nossa estratégia nacional de desenvolvimento? Dados sugerem que a mudança terá de ser radical.

Se quisermos atingir a renda *per capita* média dos países ricos, precisamos crescer em patamares muito superiores aos atuais. Para atingi-la em uma geração (25 anos), teremos de acelerar o nosso crescimento de 1,3% para 5,9% ao ano. Para se ter uma ideia, somente uma vez desde 1990 crescemos acima disso – em 2010, após a chamada “Crise do Subprime”, cujos impactos se concentraram nos dois anos anteriores.

A tarefa não ficará fácil se reduzirmos a ansiedade. Caso aguardemos duas gerações (50 anos), nosso crescimento pre-

cisar ser de 3,7%. Nem mesmo na nossa melhor década recente, no auge do *boom* das *commodities* entre 2004 e 2013, chegamos nesse patamar (3,1% em média). Quatro gerações (um século) exigirão 2,6% ao ano, o dobro do nosso desempenho atual. Doze gerações (300 anos!) demandarão um crescimento de 1,9% ao ano, ainda assim com uma aceleração de 50% em relação ao ritmo atual.

A intenção não é desanimar quem acredita no Brasil, ainda mais em tempos de Copa do Mundo. Pelo contrário, como no caso da Seleção Brasileira de futebol, nossa própria história nos dá motivos para otimismo.

Recordemos que a alcunha de “País do Futuro” não surgiu do nada. Em 1941, em livro homólogo, o escritor austríaco Stefan Zweig, que chegou ao Brasil fugido do regime nazista na Europa, relatou com entusiasmo as características brasileiras que considerava promissoras. Além das nossas riquezas naturais, “de uma opulência perturbadora”, o autor não deixou de notar o “desenvolvimento nitidamente crescente da indústria, que produz, em proporções cada vez maiores, no próprio país e com material seu, grande parte do que anteriormente tinha de importar”.

Era o início do período conhecido como nacional-desenvolvimentista, tradicionalmente situado entre 1930 e 1980, quando o Brasil adotou sucessivos planos de desenvolvimento liderados pelo Estado, crescentemente capacitado para tal, e que tinha na industrialização o seu objetivo prioritário. Instituições-chave como o BNDES, a Petrobras, a Eletrobras e a Embraer foram criadas. Conhecido pelos ciclos de exploração de *commodities*, como pau-brasil, açúcar, ouro, borracha e café, o Brasil passou a produzir aço, petroquímicos, máquinas, automóveis e até aviões. Grandes obras de infraestrutura, como rodovias interestaduais, usinas nucleares e a maior hi-

Para atingir a renda *per capita* dos países ricos, precisamos crescer em patamares muito superiores aos atuais



drelétrica do mundo, foram realizadas.

Foram as entregas desse período que deixaram os chineses fascinados no início dos anos 1980. Durante aquelas cinco décadas, o Brasil foi o terceiro país que mais cresceu no mundo, a uma taxa *per capita* de 3,7% ao ano. Naquele ritmo, atingiríamos a renda média dos países ricos em 50 anos. Se fosse mantido aquele ritmo, hoje já teríamos a renda da Itália.

Aquela época não foi livre de contradições e erros. Além de suprimir as liberdades individuais e impedir o exercício da democracia, a ditadura impediu uma reforma agrária profunda, que esteve na base do “milagre econômico” do Leste Asiático, com relativa igualdade. Também em contraste com os casos de sucesso da Ásia, ficamos excessivamente dependentes de capitais estrangeiros, com aumento da vulnerabilidade externa (raiz da década perdida) e o comprometimento da construção de capacidades nacionais e de coalizões de apoio a projetos verdadeiramente nacionais.

O problema é que o período posterior, marcado pela hegemonia neoliberal, pautado pelos interesses de curto prazo do

Ontem e hoje. No início dos anos 1980, o chinês Chen Yizi ficou deslumbrado com o dinamismo econômico do Brasil. Claramente, perdemos o bonde da história



mercado financeiro e, como nos primórdios, refém dos ciclos de *commodities*, não solucionou essas questões. Pior ainda, alguns governos atuaram deliberadamente para aprofundar esses erros e destruir os legados positivos.

O resultado foi a mais grave desindus-

trialização precoce do mundo, grande dificuldade de gerar empregos estáveis, de qualidade e com bons salários, crescente dependência externa e a perda das características que um dia nutriram o sonho do “País do Futuro”: liderança, fortalecimento e planejamento estatal, desenvolvimento das capacidades produtivas, ambição e ousadia.

Convém lembrar as palavras de Zweig: “Já não se encontra um brasileiro que deseje voltar para o Velho Mundo... essa ambição de se desenvolver por si só... nada é demasiado ousado... este país aprendeu a pensar de acordo com as dimensões de sua própria vastidão e a contar com suas possibilidades ilimitadas como se fossem uma realidade em breve atingível”. Se provarmos, ainda que tardiamente, que o austríaco não estava errado, talvez a geração que viverá o sonho de um Brasil desenvolvido já esteja entre nós. ●

**O autor é servidor público federal e integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, com ampla experiência nas áreas de desenvolvimento industrial, inovação e comércio exterior. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Ipea.*



Viciados em shopping

► Os centros comerciais movimentam cerca de 4% do PIB brasileiro

Brasileiros adoram shopping center. Alguns falam em comodidade. Outros em segurança. Em qualquer dos casos, os números confirmam a premissa. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas a pedido da Associação Brasileira de Shopping Centers mostra que os centros comerciais respondem por um impacto estimado de 441 bilhões no Produto Interno Bruto, o equivalente a perto de 4% de toda a atividade econômica do País. O estudo calcula que, somados vendas diretas, serviços, operações de apoio e efeitos em cadeia, os shoppings movimentam 862 bilhões de reais em valor bruto da produção. Na prática isso significa que o setor vai muito além das vitrines, ele concentra faturamento, logística, empregos e tributos em uma cadeia que envolve comércio, serviços, alimentação, entretenimento e finanças.

Os dados mais recentes da Abrasce mostram que o Brasil tem hoje entre 650 e 660 shopping centers em operação, com faturamento de pouco mais de 200 bilhões de reais em vendas anuais e em torno de 125 mil lojas ativas. O estudo da FGV amplia o olhar para os efeitos indiretos e induzidos, o número de empregos associados ao setor chega a 6,4 milhões, incluindo trabalhadores diretamente empregados em lojas, operações de segurança, limpeza, gestão, além de fornecedores e serviços correlatos.

MEIs ampliadas

O projeto do governo federal para ampliar o limite de faturamento do Microempreendedor Individual mira um universo de cerca de 16,8 milhões de empreendedores ativos. A proposta, encaminhada à Câmara, prevê elevar o teto anual dos atuais 81 mil reais para, aproximadamente, 110 mil reais em um primeiro momento e chegar a 140 mil em 2028. Hoje, o MEI pode faturar em média 6,75 mil reais por mês e paga um imposto fixo entre 70 e 80 reais mensais. Com a proposta, os valores iriam para os patamares médios de 9,1 mil reais, com expectativa futura de 11,6 mil por mês, mantendo a simplicidade tributária. O principal grupo beneficiado são os empreendedores que hoje operam no limite do regime, especialmente em serviços e comércio, e temem ser obrigados a migrar para microempresa ao primeiro salto de faturamento. Ao permitir que o MEI fature mais sem mudança imediata de enquadramento, o governo tenta reduzir o medo de crescer, estimular investimento e preservar a formalização de uma mão de obra que ainda tem forte presença na informalidade.

A Ceratti muda de mãos

O Grupo Zanchetta Alimentos anunciou a compra da Ceratti, uma das marcas mais tradicionais de frios e embutidos do País, hoje controlada pela norte-americana Hormel Foods. A operação envolve 100% do negócio e ainda depende de aprovação do Cade para ser concluída. Fundada em 1932, a Ceratti nasceu a partir da tradição de charcutaria trazida pelo imigrante italiano Giovanni Ceratti e construiu, ao longo de mais de 90 anos, um portfólio que

inclui salames, presuntos, mortadelas e salsichas. Em 2017, a marca foi vendida para a Hormel, em um negócio avaliado em perto de 104 milhões de dólares, que marcou a entrada da gigante dos EUA na América do Sul. Agora, nove anos depois, volta ao controle de um grupo brasileiro. Com sede em Bauru, o Zanchetta é um dos maiores processadores de proteína animal do País, com atuação em aves, suínos, bovinos e marcas como Alliz, Mondelli e Frangoeste.

Gol da Cimed

A promoção “O Brasil jogou, a sua compra dobrou”, da Cimed, tornou-se um dos principais sucessos de marketing ligados à Seleção em 2026. Patrocinadora oficial do time, a farmacêutica triplicou as vendas nos dias de jogos, ao combinar mecânica simples no varejo com forte presença nas redes sociais. As farmácias e supermercados passaram a oferecer nesses dias uma promoção muito simples: na compra de uma unidade de produtos participantes das marcas da Cimed, o consumidor leva duas pelo preço de uma, sempre que o Brasil entra em campo.

A ação foi desenhada para acompanhar o calendário da Seleção, com metas ambiciosas de faturamento durante a Copa. Ao mesmo tempo, a empresa ativou um ecossistema digital com perfis de Carmed, Lavitan, linha esportiva Cimed, infantil João & Maria e dos próprios executivos, além de influenciadores. Somados, esses canais alcançaram mais de 1 bilhão de visualizações no período da campanha, com grande parte da audiência composta de novos usuários, o que ampliou o reconhecimento das marcas e o alcance orgânico. •

redacao@cartacapital.com.br

PAULO GALA

Professor de Economia da FGV-SP, foi economista, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro. É autor, entre outros, de *Brasil, uma Economia que Não Aprende*



Estatais, IA e soberania

► Telebras, Serpro e Dataprev: as empresas que sustentam a corrida brasileira na era da Inteligência Artificial

Se, no século XX, a soberania de uma nação se media pela capacidade de gerar energia, produzir aço e controlar as telecomunicações, no século XXI ela passa a ser medida também em parâmetros, *tokens* e *racks* de servidores. A Inteligência Artificial tornou-se a infraestrutura cognitiva sobre a qual operam governos, escolas e forças de segurança. E, como toda infraestrutura crítica, ela impõe uma pergunta. Quem a controla?

O mundo vive a maior corrida de investimento em infraestrutura da história moderna. As projeções apontam, só neste ano, cerca de 600 bilhões de dólares em *data centers*. O Brasil entrou nessa disputa atraindo projetos privados de hiperescala com sua energia limpa e abundante. Mas atrair capital estrangeiro é apenas metade da equação. A outra metade, a decisiva, é construir capacidade computacional pública, sob jurisdição e comando brasileiros. E aqui entram três estatais que quase foram vendidas: Telebras, Serpro e Dataprev.

O contexto é a estreia, em maio de 2026, do SoberanIA, primeiro ecossistema comercial brasileiro de IA generativa em português para o setor público. Seu coração é o Soberano I, modelo de linguagem de 30 bilhões de parâmetros, trei-

nado com 500 bilhões de *tokens* em português, que chega com produtos prontos: atendimento unificado ao cidadão, boletins de ocorrência por voz, material didático e agentes que analisam processos do SEI. A arquitetura institucional revela um novo modelo. AWS e Oracle entram com escala e capacidade técnica, mas os dados sensíveis de governo e Defesa ficam em sala-cofre operada pela Telebras, em território nacional e sob leis brasileiras.

A Telebras estende, assim, sua função histórica de escudo digital do Estado. A empresa que construiu a Rede Privativa da Administração Pública Federal desenvolveu criptografia nacional com a Abin e opera o Satélite Geoestacionário de Defesa que agora protege o ativo mais sensível da era da IA. Há ativos cujo valor não aparece no balanço, mede-se pela capacidade de proteger o País contra vulnerabilidades externas.

O Serpro, maior empresa pública de Tecnologia da Informação do País, assinou memorando para usar a plataforma, cooperar em pesquisa e integrá-la aos sistemas federais – Gov.br, SEI, Sigepe. É o elo que transforma um modelo de linguagem em serviço público funcionando na ponta.

A Dataprev completa o tripé. A estatal hospeda mais de 55 bilhões de dados extremamente sensíveis – toda a espinha dorsal da Previdência, do trabalho e da renda – e opera, juntamente com o Serpro, a Nuvem Soberana de Governo, projeto de mais de 1 bilhão de reais que combina soberania dos dados (armazenamento sob leis brasileiras) e soberania operacional (gestão por empresas públicas em *data centers* próprios). Seu presidente, Rodrigo Assumpção, é explícito:

a Dataprev quer ser a fornecedora de capacidade de IA para o governo, porque a estatal não pode ter menos capacidade do que o Estado demanda.

Vale lembrar: Dataprev e Serpro estiveram no Plano Nacional de Desestatização até 2023. Privatizadas, o Brasil estaria hoje negociando com acionistas privados, possivelmente estrangeiros, o acesso à infraestrutura que paga 40 milhões de benefícios previdenciários. Retiradas do PND, voltaram a investir e lucraram juntas em torno de 1,2 bilhão de reais em 2024. O dogma de que estatal é sinônimo de prejuízo, mais uma vez, não sobrevive aos dados.

A leitura pela ótica da complexidade econômica é direta. Modelos de IA, *data centers* e nuvens soberanas são produtos de altíssima densidade de conhecimento, o tipo de capacidade que separa economias que comandam seu destino tecnológico daquelas que o terceirizam. Quem depende integralmente de LLMs estrangeiros não terceiriza apenas *software*, terceiriza a camada cognitiva do próprio Estado e a continuidade de serviços essenciais diante de choques geopolíticos. O Soberano I não compete em força bruta com os gigantes de fronteira, mas esse não é o ponto. O ponto é o aprendizado tecnológico clássico, aquele que Celso Furtado sempre soube que não se importa pronto, constrói-se fazendo.

Telebras conectando e protegendo, Dataprev processando e hospedando, Serpro integrando. Investir nessa infraestrutura computacional pública não é nostalgia estatista. É a condição material para que o Brasil mantenha, na era da Inteligência Artificial, o comando do seu próprio ritmo de transformação tecnológica e social. •

redacao@cartacapital.com.br

Alta tensão

AUTOMÓVEIS O governo prorroga o benefício fiscal a fabricantes chineses e irrita os concorrentes

POR CARLOS DRUMMOND

Uma enxurrada mundial de veículos elétricos chineses força o fechamento de fábricas na Europa, rearranjos nas montadoras das marcas de outras procedências e também provoca baixas na política industrial do Brasil. O recuo do governo ficou claro na decisão da Câmara de Comércio Exterior, do Ministério de Desenvolvimento, de renovar por seis meses uma cota de 463 milhões de dólares sem o imposto de 35% para importação de peças e de veículos elétricos e híbridos desmontados e semidesmontados. A medida contraria decisão anterior do próprio órgão e beneficia em especial a chinesa BYD, responsável por 85% das importações beneficiadas pelo regime e dona de uma fábrica em construção em Camaçari, na Bahia. O objetivo da decisão é subsidiar a montagem local da chinesa, enquanto a infraestrutura de produção e a cadeia de fornecedores nacionais ainda estão em estruturação.

A medida foi antecedida por uma disputa entre o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, o ex-governador, ex-ministro da Casa Civil e candidato a senador Rui Costa, defensores da extensão do benefício, e o Ministério da Fazenda, que não abre mão da receita de impostos perdida para a BYD, acompanhado de todas as montadoras instaladas no Brasil antes das chinesas, que não dige-

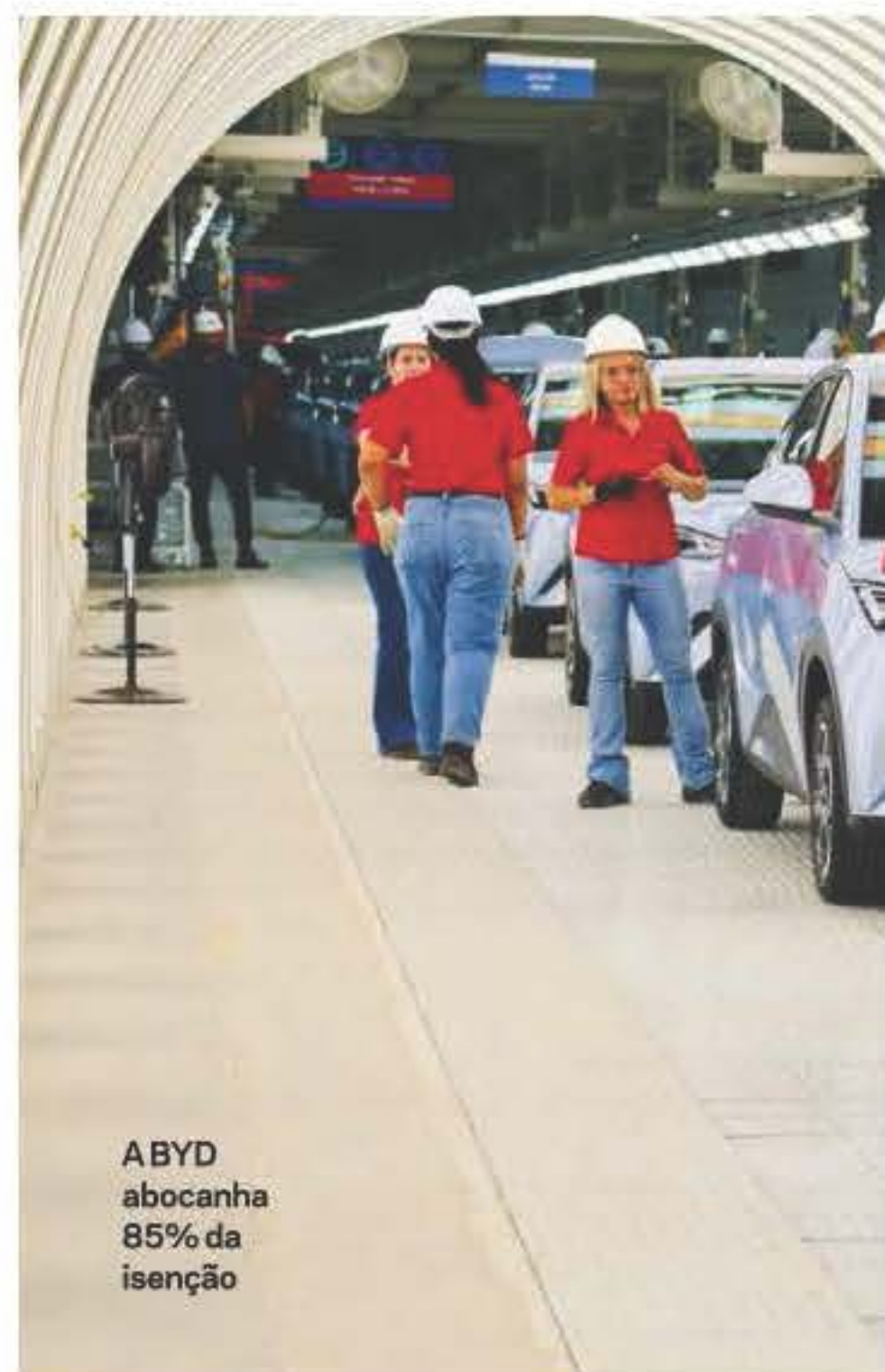
riram bem o favorecimento local da concorrente oriental que tenta engoli-los na Europa e em toda parte. Pressionado pelos dois lados, o ministério emitiu uma nota técnica fraca na tentativa de se justificar, mas não tem como negar o rombo no casco do Nova Indústria Brasil, programa destinado a aumentar a independência manufatureira e que acaba de ter o orçamento reforçado com 140 bilhões de reais em financiamentos até dezembro.

A indústria de veículos elétricos da China detém vantagens estruturais e tecnológicas significativas sobre os concorrentes ocidentais, em grande parte devido ao controle total da cadeia de suprimentos, economias de escala inigualáveis, manufatura verticalmente integrada e ciclos rápidos de desenvolvimento de produtos. O país domina a cadeia global de suprimentos de baterias e minerais críticos, o que impede gargalos observados na operação das montadoras de outras nações e garante custos de produção mais baixos. Por meio da integração vertical e economia de escala, potências como a BYD alcançam eficiência de custos estruturais ao fabricar internamente quase todos os componentes. Escalas de produção massivas reduzem ainda mais o preço por veículo, permitindo a venda no varejo a preços significativamente inferiores à média global.

As montadoras chinesas desenvolvem

e lançam novos modelos de carros 30% mais rápido que as ocidentais, uma agilidade que permite integrar com muito mais rapidez recursos de ponta de Inteligência Artificial e *cockpits* inteligentes em veículos. A existência de um mercado interno reconhecidamente competitivo e de políticas nacionais de apoio, incluindo subsídios e a ampla implementação de infraestrutura de recarga, criou um ambiente no qual as chinesas aprimoram rapidamente sua tecnologia e alcançam produtos excepcionais.

“Sei das vantagens de lá”, reconheceu Alexander Seitz, principal executivo da Volkswagen na América do Sul, em evento no Rio de Janeiro. “Eles trabalham dois turnos de dez horas e têm eficiência brutal. No desenvolvimento de carros e peças, são 40% a 50% mais rápidos do que a Europa”, comparou Seitz, que tra-



ABYD
abocanha
85% da
isenção

balhou durante cinco anos no setor automobilístico em Xangai. Para enfrentar os chineses, a Volkswagen brasileira fará o que antes era impensável. Importará peças e carros da China. A segunda maior montadora do mundo estuda fechar quatro fábricas na Alemanha e cortar 100 mil empregos no mundo até 2030.

O governo admite riscos à produção nacional no acordo que beneficia a BYD. Segundo Antonio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Unicamp, a política industrial do Nova Indústria Brasil contém uma percepção muito clara dos desafios da manufatura local, levando em consideração a necessidade de fortalecer novamente o papel da indústria para o desenvolvimento. Isso passa necessariamente por um incremento da inovação, do aumento da produtividade e de uma transição verde. Os três pontos

A medida beneficia em particular a BYD, que adapta uma fábrica na Bahia

estão presentes nas políticas do programa Mover e em alguns desdobramentos.

Por um lado, prossegue o economista, o País tem capacidade de produção, rede de fornecedores e competências em engenharia sólidas, no paradigma do motor a combustão, ou seja, uma transição muito acelerada para a eletrificação poderia significar uma erosão de algumas dessas capacidades e não necessariamente a construção de outras internamente, se apenas

seguíssemos as livres forças do mercado. Por outro lado, uma política talvez muito centralizada na manutenção do paradigma tecnoprodutivo do motor a combustão poderia fazer um *lock-in* ou um travamento da estrutura produtiva brasileira, um paradigma que parece estar sendo gradativamente substituído, ainda que em uma velocidade variável segundo regiões. Haveria, portanto, um risco de ficar alheio a uma transição tecnológica para a eletrificação que parece ser relevante no mundo todo. A política industrial, a NIB e o Mover, e ações correlatas precisam desdobrar-se em meio a uma tensão entre as duas dimensões e se equilibrar a partir daqueles três pontos.

Somem-se ao cenário, salienta o professor, os diferentes interesses das empresas aqui estabelecidas, que têm o objetivo de buscar uma transição mais lenta para a eletrificação, por saberem que são questionadas pelas novas entrantes chinesas, interessadas em acelerar o processo. Para tornar ainda mais complexo o ambiente, o fato de termos uma cadeia de produção de biocombustíveis muito forte, muito bem-sucedida e muito elogiada, inclusive internacionalmente, traz um complicador adicional para entender a transição e equilibrá-la. “O Brasil não necessariamente precisa de uma eletrificação tão rápida quanto alguns outros países para reduzir a emissão e a coexistência do motor a combustão com o avanço de biocombustíveis parece ser uma estratégia bastante inteligente, em paralelo à eletrificação, é claro. Obter um equilíbrio entre todas essas tensões é uma tarefa muito difícil, sujeita a pressões de todos os lados e, quando a gente olha no curto prazo, talvez algumas medidas pareçam um pouco limitadas na sua capacidade de contemplar esses desafios e tensões. Às vezes, temos idas e vindas e contradições na política, como essa medida recente”, sublinha Diegues. ■





Lei da Mordança

ARGENTINA O governo Milei avança em projeto criticado pela ONU para silenciar as vítimas de violência de gênero no país

POR JAMIL CHADE

Para resolver o problema da violência de gênero na Argentina, o governo de Javier Milei teve uma ideia “brilhante”, calar as mulheres. Tramita no Congresso do país um projeto para punir de forma dura qualquer vítima que, falsamente, denuncie um homem por agressão ou qualquer outro crime de gênero. *CartaCapital* obteve, com exclusividade, documento enviado pela Organização das Nações Unidas para a Casa Rosada, no qual alerta: se aprovada, a proposta vai representar um obstáculo extra para que atos de violência sejam denunciados e, claro, abafar ainda mais a capacidade de a Justiça dar uma resposta.

A mordança não é ato isolado. Desde que assumiu a presidência, Milei tem promovido um desmonte sem precedentes na estrutura do Estado para lidar com a violência de gênero. O libertário extinguiu o Ministério da Mulher, reduziu a assistência a vítimas e planeja retirar o crime de feminicídio do Código Penal. O argumento é de que a lei atual “legaliza a ideia de que a vida de uma mulher vale mais que a de um homem”.

Entre as medidas mais preocupantes, a ONU destaca o fato de o Ministério da Justiça ter fechado 81 Centros de Acesso à Justiça. Além disso, houve cortes de pessoal da assistência às vítimas

por meio da linha direta 144, o acesso à Educação Sexual Abrangente diminuiu nas escolas e em centros de formação para jovens, as verbas destinadas a políticas e programas de gênero foram reduzidas e a assistência a crianças vítimas indiretas de feminicídios também encolheu.

O Ministério da Justiça, prossegue a ONU, deixou de reconhecer a formação em gênero nos processos de nomeação e promoção de juízes e promotores. Mas, segundo o documento de 9 de junho assinado por Claudia Flores, presidente-relatora do Grupo de Trabalho Sobre a Discriminação Contra Mulheres e Meninas, uma das manobras mais perigosas é o Projeto de Lei sobre as supostas falsas denúncias em casos de violência de gênero. Trata-se,



Misoginia. Milei trata as mulheres como inimigas e restringe direitos no país

diz o grupo, de uma ofensiva para silenciar quem ousa denunciar a violência masculina e abuso sexual, inclusive contra crianças. Na base do projeto há uma declaração de guerra: mulheres mentem. De acordo com o projeto, quem prestar falso testemunho enfrentaria uma pena de 3 a 6 anos de prisão, quando a suposta falsidade estiver relacionada a “crimes de violência de gênero, violência doméstica contra menores ou crimes contra a integridade sexual”. A punição se estende a testemunhas e peritos.

O Projeto de Lei, argumentam as Na-





ções Unidas, debruça-se sobre um problema que, no fundo, é insignificante diante da dimensão, na Argentina, da violência contra a mulher. No país, 45% das mulheres relatam ter sofrido algum tipo de violência por parte do parceiro atual ou anterior. Destas, 77,3% não registraram queixa. Em 2024, houve 247 vítimas fatais. Ou seja, um feminicídio a cada 36 horas. Em ao menos 48% desses casos, houve histórico de violência anterior ao assassinato. Mas apenas 16% denunciaram os agressores e menos de 5% possuíam medidas

A proposta é ampliar a punição por “falsos testemunhos”

protetivas vigentes. No caso de abuso sexual contra crianças e adolescentes, a situação é ainda pior. Entre 90% e 95% dos casos não são denunciados.

O problema, segundo os especialistas, é que a subnotificação tende a aumentar caso a nova lei seja aprovada. Os estudos disponíveis, alerta a organização, demonstram a inexistência de uma questão estrutural de acusações falsas no contexto da violência de gênero, ao menos em termos empíricos e documentados. Os últimos levantamentos, segundo a carta, apontam que falsos testemunhos representam 0,09% de todos os relatos. Se aprovada, a lei iria legitimar a tese da “falsa acusação” frequentemente usada por agressores como estratégia para rejeitar as denúncias.

Outro alerta da ONU diz respeito às conclusões de um inquérito. Em muitos casos, por falta de provas suficientes ou erros processuais, nem sempre se obtém uma condenação do agressor, mesmo que o crime tenha ocorrido. Mas não necessariamente a acusação poderia ser definida como “falsa”. O risco, portanto, é de essas mulheres, agora, passarem a ser denunciadas criminalmente a partir de um novo marco legal.

Segundo especialistas, não há necessidade alguma de elevar a pena. O Código Penal define a falsa notificação de crime há mais de um século e, na prática, o que o projeto representa é uma ameaça. Denunciar crimes pode tornar-se tão custoso e arriscado que muitas vítimas optariam pelo silêncio.

Em 8 de abril, a Comissão de Justiça e Assuntos Criminais do Senado argenti-

no recomendou a aprovação do Projeto de Lei. “Tememos que a reforma do Código Penal possa ter um efeito inibidor sobre as denúncias de violência de gênero, violência doméstica contra menores e crimes contra a integridade sexual, além de minar a credibilidade de mulheres e meninas que buscam proteção”, afirma a carta da ONU. “Também nos preocupa que a reforma possa reforçar estereótipos arraigados sobre a suposta desonestidade das mulheres, aumentar a discriminação indireta contra mulheres e meninas, equiparar acusações não comprovadas a falsos testemunhos e desencorajar vítimas, familiares, testemunhas e profissionais de saúde física ou mental de denunciarem ou participarem do processo de denúncia.”

Outro risco é de que a nova lei entre em conflito com a norma na Argentina que estabelece a obrigação de professores, médicos e funcionários públicos de relatarem suspeitas para prevenir abusos ou violência contra crianças e adolescentes. O efeito seria uma diminuição das denúncias, maior impunidade e aumento do risco para mulheres.

Na conclusão, a relatoria da ONU se declara contrária ao projeto, uma forma de “reforçar estereótipos sobre a credibilidade das vítimas, aumentar a discriminação de gênero, o medo de represálias, reduzir a probabilidade de denúncia de crimes e exacerbar a impunidade”. Mais: “As vítimas de violência de gênero, doméstica ou sexual frequentemente enfrentam múltiplos processos administrativos e judiciais, preconceito ou tratamento discriminatório, tendo de relatar repetidamente suas experiências, longas esperas e acesso limitado a recursos legais. A ameaça adicional de possível processo criminal contra a denunciante, testemunhas ou pessoas próximas a ela intensificaria esse fardo e corroeria a confiança pública no sistema de justiça”. •



Sol inclemente

EUROPA Em mais um verão de calor extremo, os mortos passam de mil

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Para qualquer brasileiro, a informação de que os termômetros passam dos 40 graus Celsius durante o verão não chega a ser novidade, mas, quando acontece em países nos quais a temperatura média gira historicamente em torno dos 9 aos 11 graus, como na Eslováquia ou na Hungria, o resultado é um caos quase tão perturbador quanto aquele da pandemia da Covid-19. No mês de julho, a Europa enfrenta uma onda de calor extremo que sobrecarrega os serviços hospitalares, fecha escolas, cancela eventos públicos e faz disparar o número de mortes, sobretudo entre idosos e pacientes com comorbidade. Em algumas localidades, governos impuseram um regime de racionamento de água, temendo o que possa ocorrer daqui até o fim da estação mais seca do ano. Os húngaros estão proibidos de trocar a água das piscinas ou de regar jardins. Em outros contextos, o medo é dos incêndios fora de controle. Na França, 72 departamentos dos 101 existentes estão em “alerta vermelho”, gradação usada para designar fenômenos meteorológicos de natureza excepcional e histórica, e seis lidam com alertas máximos para o risco de incêndios.

Ondas de calor como esta não são uma novidade completa na Europa. Na verdade, elas se tornaram cada vez mais recorrentes, duradouras e intensas, confirmando a previsão de especialistas que

alertam para os riscos existenciais que a humanidade enfrenta ao começar a lidar com esse quadro como se ele fosse um novo normal. Em todo o continente, mais de 130 milhões de moradores convivem neste momento com temperaturas acima dos 35 graus. Na Espanha, os termômetros ultrapassaram os 45 e, na França, chegaram perto dos 44. As mortes somam 1,3 mil e a temporada de verão está longe do fim e ainda não atingiu o ápice.

Nos meios de comunicação não faltam especialistas traçando paralelos entre a pandemia de 2020 a 2023 e os efeitos perturbadores das mudanças climáticas na Europa. Um desses estudiosos é Julien Dossier, fundador de uma organização privada francesa chamada Gabinete de Aconselhamento sobre a Transição Ecológica Quattrolibri, que trata a perturbação atual como “análoga à da Covid-19”. Segundo ele, assim como na pandemia, os governos europeus padecem hoje da mesma espécie de “aliena-

Os serviços hospitalares estão sobrecarregados. Eventos foram cancelados

ção diante de um evento que se impõe de maneira brutal ao conjunto da população sem que haja preparação”. A adoção de políticas públicas robustas para esse assunto, defende, deveria ser um “imperativo categórico”. Entretanto, as mudanças climáticas e os eventos extremos que as acompanham ainda são tratados como uma “hipótese probabilística” ligada a um futuro incerto. O especialista lançou a seguinte provocação, em entrevista ao jornal *Le Monde*: “Não é melhor investir para que a sociedade possa lidar com 43 graus de temperatura do que investir na redução de déficits no orçamento público?”

A pergunta tem razão de ser, especialmente num país como a França, no qual metrô, ônibus e até hospitais não têm ar-condicionado, muitas vezes nem sequer ventiladores ou janelas que abram completamente. Em junho, o primeiro-ministro francês, Sebastien Lecornu, anunciou a aquisição de 30 mil climatizadores para hospitais de todo o país. A compra foi classificada como “prioridade absoluta” por um governo que acionou um protocolo chamado Orsan, nome dado à Organização da Resposta do Sistema de Saúde em Situações Sanitárias Excepcionais, para lidar com um aumento de 50% nos acionamentos aos serviços de ambulâncias, nos atendimentos de pronto-socorro e nas internações. Além do afiluxo atípico de pacientes, provocado pelo aumento das temperaturas, as tempestades provocam estragos. Ao menos 6,7 mil domicílios de Paris ficaram sem energia elétrica ao mesmo tempo na última semana de junho. O apagão atingiu especialmente o distrito financeiro da capital francesa, onde fica a Bolsa de Valores.

Cada país europeu se adapta como pode. Além do fechamento de escolas, do racionamento de água e do cancelamento de eventos esportivos e outras atividades coletivas, governantes apostam



em medidas mais heterodoxas, como a ordem francesa de manter 550 parques abertos 24 horas, para que os cidadãos possam se refrescar ao ar livre, mesmo durante a madrugada. A França liberou ainda os banhos em cursos urbanos de água, como o Canal Saint-Martin, que corta o centro da capital francesa, no horário em que as temperaturas são mais extremas, entre 15 e 21 horas. A Hungria decretou jornada completa em *home office*, incentivando empresas pri-

vadas a fechar as portas e deixar os funcionários livres de cobrança por presença física. Além disso, as igrejas do país e instalações públicas que tenham ar-condicionado foram obrigadas a abrir as portas para receber a população.

Ao contrário de países como o Brasil, nos quais os habitantes estão mais acostumados com o calor, usam roupas leves, se hidratam e frequentam locais normalmente climatizados ou nos quais a arquitetura é pensada para favorecer o areja-

Medidas paliativas. Na França, os banhos em fontes e no Rio Senna estão liberados. Em outros países, as fontes de água são uma alternativa à desidratação

mento e o resfriamento, na Europa, ao contrário, os veículos, as edificações, as vestimentas e o estilo de vida são normalmente pensados para uma realidade na qual o calor extremo costumava ser episódico, pontual, de curta duração e nunca tão intenso quanto agora. Essa inadaptação, somada a uma brutal variação térmica em curto espaço de tempo, explica não apenas o desconforto que o calor provoca, mas os gravíssimos problemas de saúde que acompanham as ondas extremas.

Nas cidades europeias, as casas costumam ter janelas estreitas e o transporte público muitas vezes não tem mais do que pequenas ventoinhas basculantes para a entrada de ar. A intenção dessa arquitetura é justamente conter o calor no inverno, o que se torna fatal no verão. Por consequência, um motorista bateu o ônibus em uma árvore, em 25 de junho, no 16º distrito de Paris, depois de desmaiar enquanto conduzia o veículo. O sindicato da categoria exigiu a instalação de climatizadores nos ônibus, onde as temperaturas podem chegar a 50 graus. “A climatização deve ser utilizada para os mais vulneráveis, como em hospitais e escolas, mas não pode ser o começo e o fim das políticas de adaptação”, disse Dossier. Para ele, são necessárias mudanças rápidas e profundas, como a substituição dos combustíveis fósseis que contribuem para o efeito estufa e investimentos em agricultura orgânica e no comércio de proximidade, que emite menos poluentes ao longo da cadeia de comercialização. É preciso ainda adaptar as cidades, apostando em arborização e ventilação dos espaços fechados. •

Madraças ianques

EUA Republicanos impõem o ensino religioso e avançam na guerra cultural

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Em um país que se define constitucionalmente como laico, as escolas se tornaram um dos campos mais disputados da batalha entre religião e política. Na sexta-feira 26, a maioria republicana no Conselho de Educação do Texas, estado do Sul que faz fronteira com o México, escancarou esse entrelaçamento ao aprovar a inclusão de passagens da Bíblia entre as leituras obrigatórias. Em um sistema que garante, no papel, a liberdade religiosa e proíbe o estabelecimento de uma fé oficial em detrimento de outra, a escola pública norte-americana tem se tornado, sobretudo na última década, um instrumento para naturalizar uma identidade cristã, branca e conservadora como padrão nacional. O movimento nada fica a dever às madraças mulçumanas, tão criticadas pelo Ocidente.

O presidente Donald Trump conhece bem o poder da diretiva texana. A nova medida, que começa a ser implantada a partir do ano letivo de 2030, tem potencial para funcionar como máquina de formação conservadora em larga escala. A rede pública do Texas abriga mais de 5 milhões de alunos, aproximadamente um em cada dez estudantes do país. Em setembro do ano passado, Trump havia deixado claro o projeto. No encontro da Comissão de Liberdade Religiosa da Casa Branca, o republi-

cano não só celebrou a aproximação entre Estado e religião, mas anunciou que o Departamento de Educação emitiria novas diretrizes “garantindo o direito de oração nas escolas públicas”, numa leitura bastante elástica da neutralidade exigida pela Primeira Emenda.

Meses antes, havia escolhido o vice-governador do Texas, Dan Patrick, para comandar a comissão, sinal de que o laboratório texano e a agenda federal caminham juntos. Quando a decisão no Texas reverberou entre jornalistas durante coletiva no Salão Oval, Patrick tomou a palavra e afirmou que “nenhum presidente em nossa história defendeu mais a Deus” do que Trump. Também atacou o próprio conceito de separação entre Igreja e Estado e disse que o governo federal avalia uma série de medidas para ampliar a proteção da “expressão religiosa” na vida pública.

A decisão texana virou alvo de críticas de diferentes organizações. A Americans United for Separation of Church and State, entidade de defesa da liberdade religiosa, classificou a medida como “mais um exemplo de políticos impondo o cristianismo a crianças em escolas públicas”. Em nota à imprensa, a presidente da instituição, Rachel Laser, afirmou que “as escolas públicas não devem obrigar as crianças a ler histórias bíblicas e a aprender desinformação sobre a história do nosso país”.

O quadro se agrava quando se observa que o Texas não é exceção, mas a ponta de lança de um movimento mais amplo. Em 2024, deputados da Louisiana aprovaram uma lei que exigia que todas as salas de aula das escolas estaduais, do jardim de infância à universidade, exibissem cartazes com os Dez Mandamentos em “fonte grande e de fácil leitura”. O regimento foi, no entanto, considerado inconstitucional por violar a Primeira Emenda. Naquele mesmo ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Mike Johnson, saiu em defesa da lei, afirmando que “os Dez Mandamentos tiveram uma influência profunda e são cruciais para o desenvolvimento da civilização ocidental e, certamente, da nossa nação”. Em sua plataforma digital, a Truth Social, Trump defendeu a legislação afirmando que aquele poderia ser “o primeiro passo importante no reviver da religião, algo desesperadamente necessário em nosso país”. Disse mais: “Me encantam os Dez Mandamentos nas escolas públicas, escolas privadas e muitos outros lugares. Leiam: como podemos, como nação, estar errados???”.

Desde então, o caso vive um vaivém judicial: decisões no tribunal de apelações abriram espaço para a vigência parcial da norma enquanto o litígio continua. Em Oklahoma, a ofensiva vai além dos símbolos na parede. Em 27 de junho de 2024, durante reunião do conselho do Departamento de Educação em

Há um ataque coordenado ao conceito de Estado laico

Cruzada. Os Dez Mandamentos foram afixados em escolas de vários estados. No Texas, trechos da Bíblia vão virar leitura obrigatória das unidades públicas

Oklahoma City, o então superintendente estadual Ryan Walters anunciou que todas as salas de aula do 5º ao 12º ano deveriam ter uma Bíblia, e os professores passariam a “ensinar com a Bíblia” em suas disciplinas. Sindicatos de professores e juristas locais reagiram imediatamente e, após meses de resistência, a obrigatoriedade caiu por terra. A legislação estadual permanece e determina a leitura da Bíblia em escolas públicas, sobretudo nos distritos mais conservadores.

A Flórida, governada pelo republicano Ron DeSantis, oferece uma versão mais sutil e, por isso mesmo, muitas vezes mais eficaz, dessa fusão entre religião e política. Em 2021, durante uma cerimônia na sinagoga Shul of Bal Harbour, em Miami, DeSantis sancionou a Lei HB 529, que obriga as escolas públicas do estado a iniciarem o dia com um “momento de silêncio” de um a dois minutos. No papel, trata-se de tempo neutro de reflexão, no qual os professores não podem sugerir que os alunos rezem ou adotem qualquer prática específica, mas, na retórica do governador, é um instrumento para recolocar Deus na rotina escolar. “A ideia de que você pode simplesmente expulsar Deus de todas as instituições e ter sucesso, lamentos, os nossos fundadores não acreditavam nisso”, disse ao assinar a lei.

Essa convergência entre religião e política não acontece no vazio. Pesquisas do Pew Research Center e de institutos como o PRRI confirmam que os evangélicos brancos seguem o núcleo mais fiel da coalizão trumpista e explicam por que investir na “cristianização” da escola pú-



blica é, ao mesmo tempo, projeto ideológico e cálculo eleitoral. Em 2024, algo em torno de oito em cada dez eleitores do grupo votou em Trump.

Levantamentos do Pew apontam apoio de 81% a 82% entre protestantes evangélicos brancos, com cerca de 60% dos católicos brancos igualmente inclinados ao republicano. Estudos publicados em 2025 e 2026 indicam que esse entusiasmo sofreu uma leve queda, mas continua alto, perto de sete em cada dez evangélicos brancos aprovam o desempenho de Trump na Casa Branca, contra pouco mais de um terço da popula-

ção em geral, e seguem mais favoráveis às suas políticas do que qualquer outro grande grupo religioso. Nesse contexto, o laboratório texano, as paredes bíblicas da Louisiana, as ordens vacilantes de Oklahoma e o silêncio devocional da Flórida ganham outra espessura. Não são apenas políticas educacionais discutíveis, mas peças de um arranjo no qual a extrema-direita usa a religião para expandir seu público, fidelizar a base e produzir uma cultura em que questionar a fusão entre fé e poder passa a soar como ataque à própria identidade nacional. •

As escolhas delas

MERCADO EDITORIAL Cada vez mais mulheres assumem a frente de catálogos que apostam em títulos de intervenção social

POR PAULA SPERB

A história da literatura mostra que as mulheres escritoras foram deixadas à margem. É recente a mudança de cenário em que elas passam a ocupar – ou até dominar – os espaços literários, seja com lançamentos, seja com a presença em listas de mais vendidos, prêmios e eventos.

Se, por muito tempo, as mulheres que escrevem foram minoria, não é descabido pensar que as que editam eram ainda mais invisibilizadas. A figura do editor, mais discreta que a do escritor, foi majoritariamente vinculada a um imaginário de personagens masculinos. Poderosos, decidiam o que e quem seria publicado.

No mercado editorial brasileiro, não é raro que as casas recebam o nome de seus fundadores: a José Olympio, de José Olympio; a Zahar, de Jorge Zahar; a Rocco, de Paulo Rocco. Entre os maiores grupos do País, a Record foi iniciada por Alfredo C. Machado e a Companhia das Letras, por Luiz Schwarcz.

“As mulheres que editam são ainda mais escondidas do que as escritoras. A gente vai atrás para ver quem estava nos bastidores. Não é fácil”, diz Ana Elisa Ribeiro, professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet) e coordenadora do grupo de pesquisa Mulheres na Edição.

Ana Elisa também escreve e edita. Ela





é uma das organizadoras de *Mulheres Que Editam* (Entretantas, 2023), livro que reúne um levantamento de editoras mulheres no País. A obra mapeia mais de 60 profissionais e cada uma recebe um verbete sobre a sua trajetória.

Há nomes como Ivana Jinkings, que fundou a Boitempo em 1995, e Rejane Dias, que fundou a Autêntica em 1997. As duas são exemplos daquelas que caminharam para que as novas pudessem correr.

Uma pesquisa de 2024 do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) constatou que 87% das editoras (39 das apenas 45 que responderam, em oito estados) têm mulheres em cargos de liderança. Esse foi o primeiro levantamento de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) do setor. Como a amostra é pequena, ainda não é possível ser completamente otimista com o cenário.

Os dados mais recentes do SNEL, em estudo do Nielsen Book Data, mostram que o País tem 1.047 editoras – sem recorte de gênero. A maioria é do segmento chamado de “obras gerais” (64%), onde entram as editoras de literatura e temas contemporâneos.

É nesse nicho que está a maioria



Bazar do Tempo. Fundada há dez anos por Ana Cecília Impellizieri Martins, a Ciça, publica a coleção *Pensamento Feminista* e mantém ainda o Clube F.

“As mulheres que editam são ainda mais escondidas do que as escritoras. A gente vai atrás para ver quem estava nos bastidores”, diz Ana Elisa Ribeiro

das independentes, em que as mulheres vêm ganhando destaque, com inúmeros casos de sucesso.

“São as pequenas editoras que, muitas vezes, garantem espaço a novos talentos, a novos autores e autoras”, diz Dante Cid, presidente do SNEL. “E, mais recentemente, são elas que vêm abrindo espaço para vozes mais diversas – de etnia, de religião e, obviamente, de gênero. Tudo isso encontra mais portas sempre abertas em pequenas editoras.”

Não é coincidência que as independentes, muitas com modelos de negócios sustentáveis e lucrativos, sejam idealizadas por mulheres. Como afirma Ana Elisa, muitas acabam montando o próprio negócio como resposta à falta de espaço para os títulos que gostariam de publicar ou até de ler.

“Uma editora responde sim aos que se cansaram de ouvir/ler não. Ou elas dirão não aos que umas só dizem sim. E aí as pessoas que fazem nascer essas editoras acordam um dia e pensam: por que não eu? Uma editora pode nascer porque responde à falta de espaço simbólico”, escreve ela em *Como Nasce Uma Editora* (Entretantas, 2023).

Parte desse empoderamento, prossegue ela, foi possível graças às tecnologias digitais e às facilidades de edição que elas trouxeram. “Não é para poucos, não é para especialistas apenas, não é para escolhidos, não é só para herdeiros, não é mais”, destaca.

Foi o que aconteceu com Maíra Nassif, que fundou a Relicário em 2013, em Belo Horizonte. “A origem da Relicário não deixa de se relacionar com um desejo íntimo e com a minha experiência acadêmica e profissional”, diz. “Além disso, havia a percepção de uma lacuna de mercado a ser explorada com ótimos títulos e autores.”

Um exemplo é o filão das autoras latino-americanas, praticamente inexplorado quando a Relicário começou a olhar para ele e hoje disputado por diversas editoras. Inicialmente, a Relicário, como explica Maíra, possuía um perfil de publicações mais teóricas. Com o tempo, passou a publicar também literatura e ensaios.

“Vejo a editora como um projeto que acredita na dupla vocação da palavra: ela pode ser âncora e lastro para pensar a realidade, mas pode também ser voo e nos alçar a outros mundos possíveis e ao devaneio”, diz Maíra. “Tentamos fazer com que os nossos livros estejam lá e cá, entre a necessidade e a liberdade.”

Publicar mulheres é outra marca da editora – há tanto autoras já conhecidas quanto inéditas e ainda aquelas reconhecidas tardiamente. Se incluem nesse trabalho de resgate as argentinas Alejandra Pizarnik e Sara Gallardo; a estadunidense Anne Sexton; a brasileira Maria Lúcia Alvim; e a francesa Marguerite Duras.

Um dos sucessos da casa é *Pequenas Coisas Como Estas*, da irlandesa Claire Keegan, traduzido por Adriana Lisboa, finalista do Booker Prize 2022, eleito pelo *New York Times* um dos melhores livros do século XXI e transformado em filme com o vencedor do Oscar Cillian Murphy.

“Desde que o lançamos, é um livro que segue na nossa ‘curva A’ de vendas, entrando em clubes de leitura e sendo comentado”, diz Maíra, acrescentando que o título tem também um impacto financeiro positivo na editora.

No Brasil, quando uma editora publica



Ubu. Elaine Ramos fundou a editora com Gisela Gasparian e Florencia Ferrari. Agora elas abriram um espaço no centro de São Paulo

uma tiragem de 3 mil exemplares é porque a expectativa de desempenho é alta. E há títulos de editoras independentes que superam de longe esse número. A Ubu, fundada em 2016 em São Paulo por Elaine Ramos, Florencia Ferrari e Gisela Gasparian, coleciona alguns desses casos.

Elaine trabalhou 16 anos na Cosac Naify e sua sócia, Florencia, 13, tendo sido coordenadora editorial de 2012 a 2015. Aquela era, por sinal, outra casa batizada com o nome dos fundadores, Charles Cosac e Michael Naify.

A Terra Dá, a Terra Quer (2023), de Antônio Bispo dos Santos, é um exemplo de sucesso da Ubu. O livro, sobre a contra-

“Todos os dias passamos por projetos que achamos maravilhosos, mas que não vão render o suficiente”, diz Ramos

colonização, vendeu 45.433 cópias desde o lançamento. “É um livro de um autor quilombola, polêmico, que vai contra a bibliografia estabelecida. É um autor oral, que não é da academia”, explica Elaine.

Outro êxito foi *O Desejo dos Outros: Uma Etnografia dos Sonhos Yanomami* (2022), de Hanna Limulja. A obra, sobre a importância e o sentido dos sonhos na cultura yanomami, vendeu 25.764 exemplares.

Embora o faro pareça afiado, uma editora independente como a Ubu – que não tem aporte de investidores nem pertence a grupos estrangeiros – não pode correr grandes riscos. “A gente não tem a menor possibilidade de operar no negativo. Todos os dias passamos por projetos que achamos maravilhosos, mas que não vão render o suficiente”, explica Elaine.

A casa inaugura, agora em julho, uma loja na Galeria Metrôpole, no centro de São Paulo. O espaço cumpre dupla função: venda direta e difusão da marca e aproximação com o leitor. Segundo Elaine, a Ubu tem posicionamento de esquerda e aposta em temas como feminismo e antirracismo para participar do debate contemporâneo.

Seu clube de assinaturas, que envia um livro e um brinde mensal a 2 mil leitores, busca tanto garantir a circulação da tiragem inicial quanto fortalecer esses debates.



Dar subsídio para qualificar as discussões sociais também é um dos pilares da Bazar do Tempo, do Rio de Janeiro, que, assim como a Ubu, completou dez anos em 2026.

Fundada por Ana Cecilia Impellizzeri Martins, a Ciça, a Bazar do Tempo se consolidou como uma editora feminista. “Faz muita diferença a gente ter uma equipe que também está atenta a essas questões”, diz. A casa publica homens, mas tem um olhar que zela pela escrita de mulheres.

“Existe um déficit tão grande na produção e na publicação de mulheres que a gente realmente se colocou um pouco nessa

missão, nesse compromisso de dar protagonismo para as mulheres”, explica Ciça.

Em 2018, a editora lançou a coleção *Pensamento Feminista*, coordenada pela escritora Heloísa Teixeira, morta em 2025. Em 2021, criou o Clube F., que envia mensalmente aos cerca de 500 associados livros feministas, escritos por mulheres ou com temas caros a elas.

“Isso nos coloca esse compromisso de todo mês ter um livro inédito de uma autora. A gente está procurando as mulheres que são referência ou que deveriam ser referência em diferentes campos de atuação – na história, na crítica cultural, na literatura, nas ciências”, explica Ciça,



Relicário. Criada em 2013, em Belo Horizonte, por Maíra Nassif, a empresa foi uma das primeiras a explorar o filão de autoras latino-americanas

citando, como autoras que são referência no catálogo, a argentina Rita Segato e a estadunidense Saidiya Hartman.

A Bazar do Tempo sempre foi sustentável, com cada livro impulsionando o próximo. Nos últimos dois anos ficou, porém, mais lucrativa. Com isso, Ciça optou por ampliar os direitos aos funcionários, com plano de saúde e até bonificação por metas, como um 14º salário.

A Ubu também costuma dar uma bonificação extra aos colaboradores. A ação se soma à criação de um ambiente laboral com menos hierarquias e flexibilidade de horário. Bazar do Tempo, Relicário e Ubu publicam cada uma, em média, de 20 a 30 livros por ano.

Como afirma Ana Elisa Ribeiro, é importante que mulheres ocupem esses espaços, mas conscientes do papel que desempenham. “O que é um editor, afinal? É uma pessoa que constitui ou propõe um catálogo. E um catálogo é o conjunto de livros que difunde um discurso. Tem a ver com a circulação das ideias, dos posicionamentos”, diz.

Nesse sentido, a editora da Bazar do Tempo reitera: “A gente quer fazer livros de intervenção, que sejam instrumentos de conscientização sobre assuntos centrais na sociedade contemporânea”. •



Em *Olhos de Cimento*, a cantora e compositora fala em humanizarmos os robôs em meio à solidão que viralizou

Sob o ruído da tecnologia

MÚSICA Zélia Duncan considera “o fim da picada” o *streaming* aderir às canções feitas por IA enquanto paga mal aos artistas

POR AUGUSTO DINIZ

No recém-lançado álbum *Agudo Grave*, Zélia Duncan critica a Inteligência Artificial na canção *E aí, IA?*, assinada com Alberto Continentino. Na música, a cantora e compositora evoca os sentimentos humanos que a tecnologia não pode alcançar.

“Se falei da IA é porque eu estava chateada com ela”, justifica Zélia Duncan, de 61 anos, em entrevista a *CartaCapital*. A presença de músicas feitas por Inteligência Artificial nas plataformas, diz a cantora, é especialmente irritan-

te porque os *streamings* “pagam muito mal” aos artistas e estão gostando da IA: “É o fim da picada”.

Agudo Graves saí cinco anos após o último álbum da artista, *Pelespírito* (2021), só com composições feitas em parceria com o pernambucano Juliano Holanda. O intervalo, segundo ela, também tem a ver com as novas dinâmicas da tecnologia – que mudaram muito o mercado de música.

“Estava desanimada de gravar. A internet é uma ilusão, onde tudo é diluído muito rapidamente”, justifica, ecoando muitos artistas de sua geração. “Mas tenho o privilégio de poder fazer um disco do meu jeito. Agora pago meus preços para fazer só o que eu quero.”

Neste caso, isso significou, por exemplo, entregar a produção do álbum a Maria Beraldo, cantora, compositora e arranjadora talentosa da nova geração, que lançou dois discos considerados experimentais. Zélia e Maria haviam feito juntas, no ano passado, um projeto para o Sesc sobre a obra de Tom Jobim.

“Ela me abriu horizontes, ao mesmo tempo que foi respeitosa com minha jornada. Dei liberdade a ela. Respeito a ousadia”, diz a cantora. Maria empresta a *Agudo Grave* arranjos mais arrojados, com harmonias contrastantes, mas mantém nas canções as linhas *folk* e MPB que marcam a carreira de Zélia.

As duas fizeram ainda um duo na gravação da composição que assinam juntas, *Voz*. Zélia, aliás, conta que cuidou da sua voz “a vida inteira”, mas ela lhe passou uma “rasteira”. Em 2017, a cantora foi diagnosticada com um câncer de tireoide.

“Tive muito medo de perder a coisa mais importante da minha vida. Me sinto até hoje em recuperação emocional”, revela. A doença mudou sua maneira de pensar sobre a vida – e, especialmente, sobre a saúde. Zélia é corredora e maratonista dedicada. “Descobri que sou uma

pessoa como outra qualquer”, afirma.

A parceria com Maria Beraldo é apenas uma das muitas do disco. Outra delas é com Ná Ozzetti, em *Meu Plano*, que traz muito do espírito desse novo trabalho: *O corpo é meu lugar pra estar no mundo/ E então desfrutar/ Num lugar de amar/ Um outro plano/ Pra ninguém perder de se encontrar/ Pra gostar de si e de ser humano/ Pra cantar e ver tudo girar*.

Olhos de Cimento, feita com Pedro Luís, fala em “humanizar seus robôs” em meio à “solidão que viralizou”. No trabalho de 11 faixas, há também espaço para o seu momento de vida, como na faixa-título *Agudo Grave*, composta por ela e Lucina.

“Quando a gente sente alguma coisa, ela é sempre aguda. Estou envelhecendo e minha voz está mais grave do que era”, diz, explicando o contraste do título, reiterado no primeiro verso da canção: *Sinto agudo/ E canto grave*.

As contradições – ou paradoxos – são o mote declarado deste que é o 21º álbum que Zélia lança em 45 anos de carreira. Já *Pontes no Ar*, assinada com Alberto Continentino, é inspirada numa viagem que fez a Machu Picchu, realizando um sonho de infância. *Maravilha Disforme*, gravada e composta em duo com Lenine, traz antíteses como “desamparo que une” e “amor que abomina”.

O disco conta também com a regravação de *Que Tal o Impossível?*, de Itamar Assumpção, compositor referência para Zélia, a quem dedicou um disco todinho, *Tudo Esclarecido* (2012). “A inclusão

“Estava desanimada de gravar. A internet é uma ilusão, onde tudo é diluído muito rapidamente”

da música do Itamar é a coisa mais natural do mundo. Ele fez a minha música ficar mais inteligente”, ressalta.

Zélia gravou canções que fizeram grande sucesso, como *Catedral* (versão em português dela e de Christiaan Oyens da música inglesa de Tanita Tikaram), *Não Vá Ainda* e *Nos Lençóis Desse Reggae* (ambas de Zélia e Christiaan), *Alma* (Arnaldo Antunes e Pepeu Gomes), entre outras, mas vê a hiperfragmentação da indústria fonográfica como uma barreira para que, hoje, sua música alcance as rádios e a televisão.

A cantora, ao mesmo tempo, encontrou na internet um canal de comunicação mais direto com as pessoas. “Gosto de falar na internet, mas faço isso por total desespero como cidadã”, afirma. Seu Instagram tem quase 800 mil seguidores e muitos deles, de acordo com a cantora, a conheceram primeiro por seus posicionamentos, antes de ouvi-la cantar.

“Em tempos como estes em que vivemos, passa a ser importante o artista se expressar”, diz. “A gente está indo para o abismo, cercado de ignorâncias.”

Zélia conta que foi a partir de seu quinto álbum de estúdio, *Sortimento* (2001), que decidiu deixar de ficar obcecada pelas paradas de sucesso para passar a tratar de assuntos controversos nas músicas. “Comecei ali a falar de minha opção sexual, que foi uma conquista”, relembra. “Hoje não tenho nenhum problema em dizer que sou LGBT.”

É desse disco a canção *Me Revelar*, também com Oyens: *Tudo em mim quer me revelar/ Meu grito, meu beijo/ Meu jeito de desejar/ O que me preocupa, o que me ajuda/ O que eu escolho pra amar*.

Atualmente, Zélia se manifesta sobre vários assuntos nas redes sociais, da política ao mercado da música. Segundo ela, esse contato mais direto com o público, feito não apenas por meio da música, lhe deu uma sobrevida artística. •

Os afetos que nos separam

RESENHA Em *O País Dividido*, Jairo Nicolau analisa as mudanças do eleitorado em duas décadas

POR CLAUDIO COUTO*

O cientista político Jairo Nicolau, professor da FGV EBAPE, é uma das principais referências no campo dos estudos eleitorais e partidários no Brasil. Já brindou o público com livros e artigos fundamentais sobre os sistemas partidário e eleitoral, brasileiros e em geral. Com foco em nossas eleições presidenciais desde 2002, seu novo livro conjuga à ciência política a sociologia e a demografia.

Tal enfoque requereu circunscrever o período de análise ao vintênio iniciado na primeira eleição de Lula e concluído em sua condução ao terceiro mandato, pois foi a partir de 2002 que duas fontes de informações fundamentais para a pesquisa ficaram disponíveis. No atinente ao perfil sociodemográfico do eleitorado, a Justiça Eleitoral passou a colher o conjunto de dados que Nicolau cruza. No concernente às mudanças de preferências políticas nos diferentes segmentos da clivagem social, começou a ser feito o Estudo Eleitoral Brasileiro, um *survey* pós-eleitoral conduzido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp e largamente utilizado por pesquisadores dedicados à temática.

Nicolau também atribui a decisão pelo recorte temporal a diferenças no modo como as eleições presidenciais ocorreram

a partir de 2002: todos votando em urnas eletrônicas e pleitos resolvidos só em dois turnos. E, como optou por analisar apenas disputas de segundo turno, a delimitação temporal igualmente se justificava. Esse não foi um período qualquer. Em duas décadas mudou bastante a população – e, logo, o eleitorado. Ademais, foi uma quadra histórica de eventos políticos impactantes, gerando eleitores não apenas social e demograficamente distintos, mas politicamente transformados – e, portanto, votando diferentemente ao lon-

go do tempo em disputas presidenciais.

Deram-se três grandes mudanças: mais idosos, mais mulheres (tornadas maioria) e eleitores com maior educação formal – brasileiros com ensino médio se tornando o maior segmento e os com ensino superior ficando tão numerosos quanto a soma dos analfabetos e dos que apenas leem e escrevem. Isso importa, pois cada segmento se comporta distintamente: mulheres e mais escolarizados comparecem mais às urnas, jovens menos. Mulheres votam mais no PT do que homens, sobretudo no eleitorado mais jovem. Menos escolarizados votam mais no PT do que aqueles com ensino médio e superior, algo certamente correlacionado à renda, que Nicolau decide desconsiderar por razões metodológicas, pois *surveys* seriam imprecisos na aferição de rendimentos.

Nos evangélicos está uma das maiores mudanças de preferência eleitoral. Até 2014, o segmento votava majoritariamente em petistas, mas virou radicalmente após 2018, assim se mantendo. Nicolau nota que, embora os embates morais acerca da sexualidade, do aborto e das drogas sejam antigos, adquiriram saliência bem maior nos últimos anos, aumentando seu peso nas disputas e escolhas eleitorais. E se o conservadorismo é especialmente forte entre evangélicos, não é exclusividade sua: 45% dos eleitores têm posições conservadoras, contra apenas 20% de progressistas. Os demais seriam moderados. Diante disso, não é difícil entender a força eleitoral da ultradireita, que tanto apela ao pânico moral em torno dessas questões.

Uma última dimensão tratada no livro é o ganho de importância de um tipo peculiar de antagonismo político, a polarização afetiva. Em vez da contraposição racional entre preferências de políticas públicas ou de grandes concepções ideológicas, o que se opõe são afetos relaciona-



Nicolau produz
outro livro
indispensável



dos ao pertencimento e à identidade, que podem se revestir de ideologia, mas têm na rejeição emocional do “outro” seu fator fundamental. Assim, a moderada polarização PT-PSDB foi substituída por uma mais intensa, qualitativa e quantitativamente, com a emergência da ultradireita. Interessante que entre os menos escolarizados é maior a polarização à esquerda e entre os mais escolarizados é aquela à direita. A hipótese sugerida por Nicolau para entender tal fenômeno é que os menos escolarizados talvez usem menos as redes sociais, bastião do bolsonarismo. Ao sugerir tal explicação, mostra que desconsiderar renda pode não ter sido boa escolha, embora justificada metodologica-

mente. Creio ser mais plausível supor que os menos escolarizados rejeitem mais fortemente o bolsonarismo não por usarem menos as redes, mas por preferirem políticas do PT, usualmente identificado em *surveys* como governando mais favoravelmente aos pobres, que tendem a ser menos escolarizados.

A excelente nova obra de Nicolau poderia robustecer-se ao considerar a renda, aspecto central das análises sociodemográficas. A despeito disso, trata-se de um belo livro, indispensável a quem deseja entender a natureza das disputas presidenciais e da polarização política no Brasil. •

*Cientista político e professor da FGV-EAESP.

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



A Record, que possui os direitos sobre a obra de Gabriel García Márquez no Brasil, ara o terreno para o centenário de nascimento do autor, em 2027, com o relançamento de **Viagem à Semente** (518 págs., 129,90 reais), biografia em que Dasso Saldivar entrelaça a vida de Gabo à sua ficção.



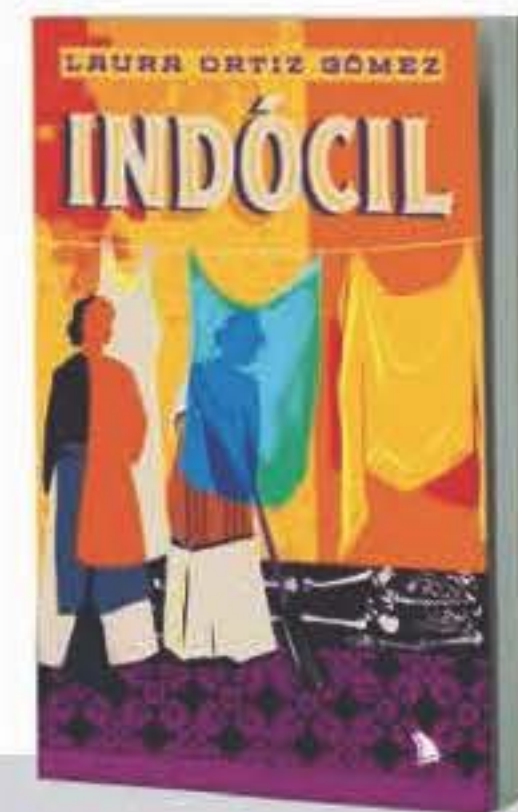
A Cidade e Suas Muralhas Incertas (Alfaguara, 504 págs., 99,90 reais) marca a volta de Haruki Murakami ao romance após um hiato de seis anos. A obra condensa ideias que o autor vinha lapidando havia quatro décadas e usa o onírico e a memória como molduras para uma história de amor.



“Embora invisíveis, como não vê-las?”, pergunta-se Patrick Chamoiseau sobre a vida daqueles que cruzam as fronteiras do mundo com suas faltas, suas esperanças e suas dores em **Irmãos Migrantes** (Editora 34, 120 págs., 64 reais), um manifesto político escrito com voz poética.



Laura defronta a aristocracia e duas empregadas



INDÓCIL

Laura Ortiz Gómez.

Tradução: Mariana Sanchez. Arquipélago (200 págs., 69,90 reais)

Crônica de uma casa insubmissa

LIVRO A ESCRITORA COLOMBIANA LAURA ORTIZ GÓMEZ, EM SEU ROMANCE DE ESTREIA, DÁ VOZ A UMA MANSÃO QUE ASSISTE A UMA GREVE DE INQUILINOS NA ARGENTINA

POR MARIA FERNANDA VOMERO

Em uma mansão construída no fim do século XIX, no bairro de San Telmo, em Buenos Aires, vive uma típica família aristocrática portenha, os Núñez-Ortega. Lá também moram as duas empregadas, as imigrantes ucranianas Vira e Olena.

Enquanto lidam com os caprichos e os maus-tratos dos patrões, as jovens experimentam, às escondidas, uma paixão mútua. O equilíbrio cotidiano é ameaçado pela chegada de Taras, irmão de Vira, que passa a morar na casa sem que os donos saibam.

Eis o início da trama de *Indócil*, primeiro romance da colombiana Laura Ortiz Gómez, que estreou na literatura com a premiada coletânea de contos *Sofoco*, ainda sem tradução para o português.

Taras comete pequenos furtos, transferindo os objetos surrupiados para um rincão oculto da casa. Contestatário e anarquista, o rapaz busca desafiar, a seu modo, a ordem dominante.

No início do novo século, quando as famílias ricas começaram a deixar o bairro e uma nova leva de imigrantes chegou à Argentina, os casarões de San Telmo tornaram-se cortiços.

Os altos aluguéis e o aumento desmedido dos impostos provocaram uma reação popular memorável, liderada por mulheres. A “Greve das Vassouras”, como ficou conhecida, ocorreu em 1907 e mobilizou milhares de inquilinos de todo o país.

As personagens de *Indócil* participam desse momento histórico. E o que torna

a narrativa ainda mais original é o fato de que não só os humanos oferecem sua perspectiva, mas também os seres – aparentemente – inanimados.

Dona de uma memória que atravessa os tempos, a casa se revela tão insubordinada quanto seus moradores proletários. Irrita-se com o senhorio, reage diante das situações opressivas e, de certa forma, participa da greve. É ela quem conduz a trama.

Surpreendente também é o lamento dos ossos de uma menina indígena, do povo *tehuelche*, que vão parar na casa enquanto o proprietário, Demétrio Núñez-Ortega, ainda vive lá. Os ossos ecoam a lembrança de expropriações e massacres no território argentino.

Laura Ortiz cria uma história de alta voltagem política, por meio de uma linguagem poética, que beira o delírio. Não à toa o termo “lúbrico” é recorrente. Em certos momentos, porém, o tom lírico torna-se excessivo.

A casa de San Telmo acompanhou os protestos dos grevistas e continuou a assistir aos embates por moradia digna que se sucederam. Embora feche os olhos por longos anos, no livro, ao menos, ainda está de pé – com suas recordações e seus fantasmas. •

ARTHUR CHIORO

Médico sanitário e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da HU Brasil



O dever de lembrar

► O filme *Anatomia do Caos* convida o público a refletir sobre os limites do poder, a importância das instituições democráticas e o papel da sociedade na defesa da verdade

Há filmes que informam. Outros emocionam. E há aqueles que cumprem uma função ainda mais nobre: preservar a memória de um país. *Anatomia do Caos*, dirigido por Dandara Ferreira, pertence a essa última categoria e por isso é imperdível.

Mais do que um documentário sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, instalada em abril de 2021, quando registrávamos mais de 395 mil mortes pela doença, o filme é testemunho histórico sobre a maior tragédia sanitária da história brasileira e sobre as escolhas políticas que contribuíram para agravá-la.

O acesso inédito da cineasta Dandara Ferreira aos bastidores da CPI permite ao espectador acompanhar, para além dos holofotes, a construção de uma investigação que expôs o funcionamento de um governo que optou reiteradamente pela negação da ciência, pela desinformação e pelo desprezo à vida. Nos corredores do Senado, nas reuniões reservadas, nos depoimentos e confrontos públicos, o documentário revela como se desenrolou um dos mais importantes processos de responsabilização política da democracia brasileira.

Mas a força do filme não reside apenas na reconstrução dos fatos. Seu maior

mérito é recordar que, por trás das estatísticas, existiam pessoas, famílias, amores, sonhos e projetos de vida. Mais de 700 mil brasileiros perderam a vida para a Covid-19. Milhões adoeceram. Profissionais de saúde enfrentaram condições extremas de trabalho. O SUS, apesar das dificuldades, sustentou a resposta sanitária em um contexto de descoordenação federal.

A pandemia não foi apenas uma catástrofe biológica. Foi uma crise política, institucional e moral. Diversos países enfrentaram dificuldades diante de um vírus desconhecido. No Brasil, porém, parte importante do sofrimento poderia ter sido mitigada se prevalecessem a responsabilidade pública, o respeito às evidências científicas e a coordenação nacional das ações. A literatura científica demonstra que decisões governamentais influenciaram diretamente a magnitude da crise sanitária.

Foi exatamente essa dimensão que a CPI procurou investigar. O documentário transforma esse processo em narrativa cinematográfica sem perder o rigor dos acontecimentos. Ao acompanhar seus protagonistas de perto, Dandara evita o sensacionalismo e a simplificação. O resultado é uma obra que convida o público a refletir sobre os limites do poder, a importância das instituições democráticas e o papel da sociedade na defesa da verdade.

Assistir a *Anatomia do Caos* é também revisitar um período em que médicos eram atacados por defenderem vacinas, pesquisadores sofriam campanhas de desqualificação, gestores estaduais e municipais enfrentavam obstáculos para coordenar respostas locais, enquanto milhares de famílias aguardavam, impotentes, notícias de parentes internados. É impossível assistir às

imagens sem recordar aquela tragédia.

Ao mesmo tempo, o filme evidencia outro aspecto frequentemente esquecido: a extraordinária capacidade de resistência da ciência brasileira, do SUS e de seus profissionais.

Há quem considere que revisitar a pandemia seja insistir em um passado que deveria ser superado. O documentário demonstra exatamente o contrário. Sociedades que esquecem tragédias tornam-se mais vulneráveis à sua repetição. A memória não alimenta ressentimentos. Ela fortalece a democracia, qualifica o debate público, clama por justiça e protege as futuras gerações.

Nesse sentido, *Anatomia do Caos* ultrapassa o registro documental. É uma obra sobre responsabilidade pública. Sobre as consequências concretas das escolhas governamentais. Sobre a necessidade de instituições fortes capazes de controlar abusos de poder. E, sobretudo, sobre a obrigação ética de preservar a memória daqueles que perderam a vida.

O Brasil reconstruiu as políticas públicas desestruturadas durante aquele período e fortaleceu novamente o SUS, a vigilância em saúde, a pesquisa científica e a capacidade nacional de resposta às emergências sanitárias. Mas essa tarefa não será completa se vier acompanhada do esquecimento.

A maior homenagem às vítimas da pandemia não está apenas nas estatísticas, nos memoriais ou nos relatórios oficiais. Está na disposição coletiva de aprender com a história. *Anatomia do Caos* nos lembra, com sensibilidade e contundência, que preservar essa memória é condição indispensável para que uma tragédia marcada pela irresponsabilidade e pelo desprezo à vida jamais volte a acontecer. • redacao@cartacapital.com.br



Aldo Fornazieri, Arthur Chioro, Augusto Diniz, Claudio Couto, Daniel Camargos, Drauzio Varella, Elnara Negri, Jamil Chade, João Paulo Charleaux, Jorge Chaloub, Josué Medeiros, Letícia Cesarino, Lígia Bahia, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria Inês Nassif, Maria Rita Kehl, Marjorie Marona, Milton Rondó, Paulo Artaxo, Paulo Gala, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Reginaldo Nasser, Renato Meirelles, Roberto Amaral, Vladimir Safatle têm um recado para você:

assine CartaCapital

Esse é o time de colunistas de *CartaCapital*. Uma publicação que há mais de 30 anos CartaCapital vem fazendo um jornalismo em que a verdade factual não se curva aos interesses de ninguém. Defende uma economia inclusiva, oportunidades para todos, a cultura e tudo o que importa.

É um caminho difícil, principalmente quando os valores civilizatórios estão em jogo. Quem busca um País mais justo, com oportunidades para todos e acesso à cultura como instrumento de cidadania, tem um lado definido. E tem que estar ao lado de *CartaCapital*.

Leia e assine!

Antes que se livrem de tudo o que importa.



CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa



PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!



lovepaper.org.br



twosides.org.br

A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!